



Presidente **p.12**

Jorge Moreira da Silva apresenta Paulo Gamito como candidato do PSD à Câmara de Santiago do Cacém



PSD **p.14**

Marco António Costa na apresentação dos dezasseis candidatos às Câmaras Municipais do Distrito de Faro



PSD **p.8**

Matos Rosa manifesta total confiança na vitória de Jaime Azevedo em Portalegre

POVO LIVRE



nº 1782

15 de Maio de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Questões bilaterais e temas europeus dominam a Cimeira Ibérica



O Primeiro-Ministro com Mariano Rajoy na XXVI Cimeira Ibérica, em Madrid

Governo **p.5**

Passos Coelho anuncia medidas estruturais sobre a despesa pública

Parlamento **p.17**

IVA de caixa é um auxílio à tesouraria das empresas e preserva postos de trabalho

Questões bilaterais e temas europeus dominam a Cimeira Ibérica

Temas europeus e questões bilaterais como o mercado de gás e as ligações ferroviárias, dominaram a agenda da XXVI Cimeira Ibérica, que reuniu em Madrid, com delegações lideradas pelos chefes dos Governos de Portugal e de Espanha.

Os trabalhos arrancaram um pouco atrasados, pouco depois das 11 horas locais (menos uma hora em Lisboa), depois da chegada ao Palácio da Moncloa do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, para um encontro a sós com o seu homólogo espanhol e anfitrião da cimeira, Mariano Rajoy.

Em paralelo, desenrolaram-se reuniões sectoriais e, posteriormente, a sessão plenária, na qual foram aprovados a declaração final e os acordos, bem como uma conferência de imprensa final dos dois chefes de Governo, antes de um almoço oficial.

Além do chefe do executivo, participaram na cimeira os ministros dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, da Administração Interna, Miguel Macedo, da Economia e Emprego, Álvaro Santos Pereira, e da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares.

A delegação portuguesa incluiu ainda os secretários de Estado adjunto do primeiro-ministro, Carlos Moedas, da Cultura, Jorge Barreto Xavier, dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, dos Assuntos Europeus, Miguel Morais Leitão, do Emprego, Pedro Roque, do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, Franquelim Alves, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro, da Energia, Artur Trindade, do Ambiente e Ordenamento do Território, Paulo Lemos.

Do lado espanhol, participam os ministros de Negócios Estrangeiros e Cooperação, da Defesa, do Interior, da Indústria, Energia e Turismo, do Fomento e do Emprego e Segurança Social, bem como os secretários de Estado para a UE, de Comércio, do Ambiente e da Fazenda.

No âmbito da cimeira, realiza-se também o Encontro Empresarial luso-espanhol, com cerca de 40 empresários e responsáveis de entidades dos dois países, que foi inaugurado pelos presidentes da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), António Saraiva, e da Confederação Espanhola das Organizações Empresariais (CEOE), Juan Rosell.

O ministro da Economia e Emprego, Álvaro Santos Pereira, e o ministro espanhol da Indústria, Energia e Turismo, José Manuel Soria, intervêm no encerramento do encontro.

Na Embaixada de Portugal em Madrid foi assinado um protocolo de cooperação entre a Câmara Hispano-Portuguesa e a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, na presença de Paulo Portas e do secretário de Estado do Comércio espanhol, Jaime Garcia Legaz.

Na Biblioteca Nacional de Espanha, realiza-se ainda a entrega do Prémio de Cultura Luso-Espanhol a Carlos Saura, a que deverá assistir Jorge Barreto Xavier.

O Primeiro-Ministro português foi recebido, com honras militares no complexo do Palácio da Moncloa, sede do Governo espanhol, no arranque desta XXVI Cimeira Luso-Espanhola, que não foi muito demorada, visto não haver assuntos polémicos e o que havia para tratar, estava já "apontado" pelos "staffs" ministeriais de ambas as partes, sendo mais uma cimeira de ratificação que de discussão.

Pedro Passos Coelho e o seu homólogo espanhol, Mariano Rajoy, lideraram as duas delegações governamentais, que ouviram os hinos de Portugal e de Espanha, antes de entrarem para as primeiras reuniões da cimeira.

A maior parte da delegação portuguesa, incluindo o Primeiro-Ministro, chegou ao complexo da Moncloa cerca das 11:30 locais, com um atraso de alguns minutos sobre o protocolo.

No local estava já, entre outros, o ministro da Economia, que chegou a Madrid no Domingo.



A cimeira foi dominada por temas europeus e questões bilaterais como o mercado de gás e as ligações ferroviárias, decorreu até cerca das 16:00 locais (menos uma hora em Lisboa) e inclui o almoço de trabalho das delegações.

Passos Coelho e Rajoy reúnem-se a sós enquanto, em paralelo, decorriam as reuniões sectoriais, e, posteriormente, a sessão plenária, na qual foram aprovadas a declaração final e os acordos, seguidos da "foto de família" e da conferência de Imprensa.

Além do chefe do executivo PSD/CDS-PP, participam na cimeira os ministros dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, da Administração Interna, Miguel Macedo, da Economia e Emprego, Álvaro Santos Pereira, e da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares e, como se notou acima, vários secretários de Estado.

De acordo com fonte do Governo português, Passos Coelho e Rajoy também trataram da preparação dos dois próximos conselhos europeus e falaram do financiamento às pequenas e médias empresas.

Na sessão plenária desta cimeira, participaram cinco ministros de cada executivo, para além dos secretários de Estado.

No caso português, estão presentes os ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, da Administração Interna, Miguel Macedo, da Economia e Emprego,

Álvaro Santos Pereira, e da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares.

Os dois Governos aprovaram cinco acordos, que abrangem sectores como os da defesa, política social, transportes e finanças.

Trata-se de cinco textos que apoiam a declaração final da Cimeira, que decorreu a tarde, hoje no Palácio da Moncloa. Os acordos incluem um texto sobre cooperação na área de finanças e outros sobre cooperação técnica em matéria de política social.

Há ainda um acordo para o intercâmbio de um oficial entre as duas forças de defesa, um sobre um bilhete único entre o Porto e Vigo e finalmente um outro sobre o estabelecimento de um bloco funcional para o espaço aéreo europeu.

Estes cinco acordos estão anexos à declaração final da cimeira que inclui referências, tanto a questões bilaterais, como a matérias europeias.

Declaração final

Portugal e Espanha apelaram no quadro da XXVI Cimeira Luso-Espanhola, a que a União Europeia tome, nos próximos meses, todas as medidas necessárias para fomentar o crescimento e a competitividade.

A declaração final do encontro, que decorreu no Palácio da Moncloa, sede do Governo em Madrid, considera que essas medidas europeias devem servir como



“alavanca para assegurar o impacto positivo das reformas e ajustamentos levados a cabo pelos Estados membros”.

“Neste contexto, urge criar as condições para assegurar o investimento na economia, sendo especialmente importante o apoio às pequenas e médias empresas, assim como às microempresas, nomeadamente através do Banco Europeu de Investimento e dos instrumentos disponíveis para tal”.

Destacando a “convergência de pontos de vista” sobre a agenda europeia, o texto sublinha as “vantagens de uma contínua concertação e do estabelecimento de novos âmbitos de cooperação”.

O debate europeu foi um dos temas que dominou a reunião entre os chefes do Governo dos dois países, Pedro Passos Coelho e Mariano Rajoy, que “reiteraram o seu compromisso com a estabilidade da economia e da moeda única, que implica que os Estados membros prossigam os seus esforços nas reformas e ajustamentos, assim como a acção decidida da União Europeia no seu conjunto”.

Deixam ainda um apelo a que “se avance decididamente para a União Bancária nos próximos meses, em cumprimento dos compromissos assumidos no Conselho Europeu para construir uma verdadeira União Económica e Monetária, contribuindo para evitar a fragmentação do mercado, que impede condições equitativas de financiamento para as empresas em toda a UE”.

Os dois governos reafirmam a importância do acordo sobre o Quadro Financeiro Plurianual, alcançado no passado Conselho Europeu de Fevereiro e da rápida conclusão dos trabalhos do Parlamento Europeu e do Conselho para a sua aplicação.

Consideram ainda que é necessário “garantir a complementaridade da Política de Coesão com as demais políticas da União para conseguir o máximo impacto dos investimentos comunitários, no quadro do grande rigor orçamental existente na Europa”.

O texto final defende que o futuro das economias nacionais e da UE no seu conjunto deve estar baseado “num modelo de crescimento forte, diversificado e sustentável, que sirva como fonte de geração de emprego, de capital humano, investimento e de inovação”.

Isso obriga, considera, a actuar tanto a nível nacional como a nível europeu “promovendo uma política de competitividade, estabelecendo um quadro regulatório pró-competitivo e adotando reformas estruturais que fortaleçam e flexibilizem os nossos tecidos produtivos e lancem as bases para eliminar os nossos principais desequilíbrios económicos”.

Portugal e Espanha vão também impulsionar os trabalhos de revisão do já existente acordo de pescas, para que possa entrar em vigor no próximo dia 1 de Janeiro, segundo o texto da Declaração Final da XXVI Cimeira.

“Em matéria de pesca, ambos os Países comprovam

com satisfação o bom desenvolvimento do Acordo sobre as condições de exercício da actividade das frotas portuguesa e espanhola nas águas de ambos os Países”, refere o documento.

“Espanha e Portugal impulsionarão os trabalhos de revisão do acordo, com o objectivo de que possa entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2014”, sublinha.

O tema das pescas já tinha figurado nos debates da XXV Cimeira, que decorreu na cidade do Porto, de onde saiu um “acordo para o exercício da actividade da frota de pesca artesanal da Madeira e Canárias”.

Cinco acordos acompanham o texto da declaração final da cimeira a segunda entre os actuais dois chefes de Governo, Pedro Passos Coelho e Mariano Rajoy.

Os Governos de Portugal e Espanha vão também “intensificar contactos” para “concertar posturas” e “propor novas medidas” a apresentar nos próximos meses na União Europeia, afirmou o presidente do Governo espanhol.

Mariano Rajoy falava já na conferência de imprensa conjunta depois da sessão plenária da XXVI Cimeira.

Finalmente, comboio directo e um bilhete de ida-e-volta do Porto a Vigo

Na declaração final, os dois países congratularam-se com a introdução de um comboio directo diário entre Porto e Vigo nos dois sentidos e de um bilhete único nessa ligação ferroviária a partir do verão.

Estas mudanças na ligação entre Porto e Vigo foram estabelecidas num acordo entre a CP e a RENFE.

“Portugal e Espanha] felicitam-se pelas melhorias acordadas no sector do transporte ferroviário de passageiros e, especialmente, pela assinatura do acordo entre a CP e a RENFE para um melhor aproveitamento do serviço internacional Vigo-Porto, através da criação de um comboio directo diário nos dois sentidos e do bilhete único a partir do verão de 2013, e manifestam o compromisso de ambos em agilizar os recursos disponíveis que permitam finalizar a electrificação de todo o trajecto até 2016”, refere a declaração final da cimeira.

Actualmente, não é possível viajar entre Porto e Vigo com um único bilhete. Entre as duas cidades, os comboios fazem mais de dez paragens e a viagem dura cerca de três horas.

Na anterior Cimeira Luso-Espanhola, realizada há um ano, no Porto, os executivos português e espanhol tinham decidido melhorar a ligação ferroviária Porto-Vigo em duas etapas: “inicialmente através da sua potenciação como serviço internacional e, numa segunda fase, a médio prazo, através de uma actuação sobre a infraestrutura ferroviária”.

Conferência de Mariano Rajoy



Destacando a proximidade de opiniões dos dois Governos sobre a agenda europeia, Rajoy considerou que a União Europeia “pode e deve fazer mais, demonstrando o mesmo empenho demonstrado pelos governos nacionais”.

“Não temos tempo a perder. Os próximos meses são muito importantes”, considerou.

“Vamos intensificar os contactos entre os nossos governos para concertar posturas e propor novas medidas a tomar nos próximos meses (na UE)”, disse ainda Rajoy, que voltou a defender a agenda reformista e de consolidação fiscal dos dois Governos ibéricos. Rajoy destacou entre as prioridades europeias os avanços na união bancária, considerando que “há cumprir os acordos” saídos do Conselho Europeu do ano passado e que “não há dúvidas de que os 27 estão empenhados em continuar a avançar” nesta questão.

Instado a comentar as notícias de um novo plano franco-alemão para combate ao desemprego jovem na UE - noticiado hoje na imprensa da Alemanha - Mariano Rajoy mostrou-se favorável a “qualquer iniciativa” de combate ao problema.

Para Rajoy esta é a “prioridade das prioridades” e deve continuar a ser fomentada no espaço europeu.

A imprensa alemã refere hoje que a Alemanha e a França estarão a preparar um plano para combater o desemprego jovem na UE que poderia alcançar até aos 60 mil milhões de euros em créditos bonificados para empresas que contratem trabalhadores com menos de 25 anos.

O jornal Rheinische Post refere que a iniciativa comum do ministro do Emprego francês, Michel Sapin, e da homóloga alemã, Ursula von der Leyen, batizada como “New Deal for Europe” em referência ao “New Deal” de 1933 do Presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, deverá ser apresentado no dia 28 numa conferência em Paris organizada pelo investidor Nicolas Berggruen.

Rajoy disse que Portugal e Espanha continuam empenhados em reformar as economias nacionais “para as tornar mais competitivas” e em sanear as contas “para recuperar a confiança”.

“Quero expressar aqui o meu apoio firme e solidário às medidas que o Governo português está a implementar para assentar as condições que permitam, quanto antes conseguir um crescimento sustentável e gerador de emprego e riqueza”, disse.

“Creio que é imprescindível que a UE adopte, em paralelo, medidas para acelerar efeitos positivos das medidas nacionais”, disse Rajoy, dando como exemplo a união bancária que servirá como “teste de credibilidade” da UE.

Mariano Rajoy rejeitou a ideia de qualquer confronto entre o norte e o sul da Europa, afirmando que “o governo de Espanha não irá em nenhuma frente comum contra ninguém” já que a Europa “é a consequência de um processo de acordos continuados” com “generosidade, grandeza, sentido comum e capacidade de entender o outro”.

“Queremos que a Europa continue a ser o resultado deste processo. E isto é a única forma de construir a Europa. Não temos outra forma”, disse.

“Estamos a dizer a nível nacional, que temos que reduzir o défice e fazer reformas, mas a nível europeu a defender reformas estruturais, continuar o processo de integração e resolver os grandes problemas de liquidez da economia”, disse.

As delegações dos dois Governos mantêm ainda hoje um almoço de trabalho que porá fim à XXVI cimeira.

O próximo encontro bilateral decorre em 2014 em Portugal.

A conferência de Pedro Passos Coelho

O primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, em conferência de Imprensa e falando depois de Rajoy, foi “bombardeado” com perguntas afastadas dos assuntos da Conferência, mas ligados à política portuguesa e nesse domínio, negou a existência de qualquer divergência dentro do Governo e afirmou estar de acordo com Paulo Portas quanto à minimização do impacto sobre o rendimento dos pensionistas.

“Não há nenhuma divergência dentro do Governo”,

declarou o chefe do executivo PSD, na conferência de imprensa sobre a XXVI Cimeira Luso-Espanhola, em Madrid, à qual o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, assistiu na primeira fila. Segundo o Primeiro-Ministro, tanto ele como o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros estão comprometidos com o “quadro de reformas importantes de médio prazo” a aplicar em 2014 e 2015.

“Ambos dissemos que faríamos essas reformas, procurando minimizar o impacto sobre o rendimento dos pensionistas, e é isso que está traduzido no acordo da sétima avaliação”, acrescentou.

Pedro Passos Coelho, afirmou pensar que o Presidente da República convocou o Conselho de Estado para debater “o País no pós-‘troika’” e não a situação do Governo PSD/CDS-PP.

Na conferência de imprensa, o Primeiro-Ministro dissociou a convocação do órgão de consulta presidencial, de alegadas “guerras internas” no executivo - que também negou, afirmando não existirem divergências na coligação.

“Não creio que o senhor Presidente da República tenha convocado hoje o Conselho de Estado por essa razão. O Conselho de Estado foi, de facto, hoje convocado, julgo eu, e bem, com a intenção de analisar perspectivas económicas do país no pós-‘troika’, e no âmbito de uma União Económica e Monetária mais aprofundada”, declarou.

Passos Coelho referiu que a preparação do País para o período seguinte ao Programa de Assistência Económica e Financeira é “um tema em que o Governo tem também apostado”.

“E creio que o Senhor Presidente da República se quis inteirar melhor dos caminhos que podemos percorrer em Portugal, para preparar esse futuro e como é que o poderemos fazer em interacção com os nossos parceiros europeus, no âmbito da união económica e monetária”, acrescentou.

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, assistiu na primeira fila a esta conferência de imprensa, com o ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, do seu lado esquerdo.

Os ministros da Administração Interna, Miguel Macedo, da Economia e Emprego, Álvaro Santos Pereira, e da Solidariedade Social, Pedro Mota Soares, também estiveram na primeira fila da assistência, sentados mais à esquerda.

Pedro Passos Coelho considerou que o desemprego dos jovens em Portugal e Espanha é “uma verdadeira tragédia” e precisa de ser combatido de forma reforçada.

“O desemprego afecta dramaticamente os nossos dois Países, e se tivermos então em conta o desemprego jovem, podemos dizer que se trata de uma verdadeira tragédia em ambos”, declarou o chefe do executivo. “O combate activo a este flagelo precisa de ser, portanto, reforçado, já que poderá ter um profundo impacto social, e isso está certamente no centro das políticas dos dois países”, acrescentou Passos Coelho.



O primeiro-ministro português referiu ainda que Portugal e Espanha acordaram “intensificar o intercâmbio de experiências e de boas práticas neste domínio, nomeadamente reforçar os programas que têm servido de combate ao desemprego”.

Portugal e Espanha continuarão “a impulsionar outras iniciativas de incentivo à formação, à contratação e apoio ao empreendedorismo, com um destaque muito especial para o sector cooperativo social”, que, no seu entender, “pode ter papel muito relevante no combate ao desemprego”, completou.

Pedro Passos Coelho, defendeu também que é preciso uma “resposta europeia mais intensa”, porque Portugal e Espanha não conseguirão sozinhos vencer a crise que enfrentam e retomar uma trajectória de crescimento.

“Não conseguiremos vencer em Portugal e Espanha esta crise, sem tomar medidas à escala nacional que são indispensáveis, mas não conseguiremos sozinhos vencer esta crise. Precisamos evidentemente, como já temos tido, do apoio dos nossos parceiros europeus, mas precisamos também de uma resposta europeia mais intensa”, afirmou Passos Coelho.

Com o chefe do Governo espanhol, Mariano Rajoy, ao seu lado, o primeiro-ministro português disse que os dois confirmaram a sua “sintonia” quanto ao essencial das questões europeias.

“Tivemos oportunidade de discutir o contexto europeu da crise que estamos a viver, e que é indissociável das nossas trajectórias e das nossas perspectivas nacionais, e tivemos também oportunidade para constatar a importância das acções e medidas ao nível europeu que são necessárias para potenciar o impacto dos nossos

esforços nacionais para o crescimento e para o reforço da competitividade e do emprego”, referiu.

Segundo Passos Coelho, ambos entendem que é fundamental a “criação plena da união bancária” e a “construção de uma verdadeira União Económica e Monetária” para combater a fragmentação financeira e facilitar o financiamento à economia.

O primeiro-ministro considerou que o financiamento à economia “não depende apenas dos governos, depende também do sistema bancário, depende evidentemente do mecanismo de transmissão da política monetária do Banco Central Europeu, depende deste ambicioso projecto de uma União Bancária e financeira na Europa”.

Neste ponto, o chefe do executivo português lamentou que não tenha sido possível “alcançar um acordo quanto a um esquema comum de garantia de depósitos, embora quer o Governo português quer o espanhol defendam um sistema comum europeu, único, portanto, de garantia de depósitos” e disse esperar que eleições internas não sejam obstáculo à concretização dos objectivos acordados.

“O que está previsto, em qualquer caso, é uma directiva que estabeleça disposições comuns para todos os países europeus. É aqui que nós precisamos de fazer mais progressos. E espero sinceramente que, independentemente do calendário eleitoral que cada um possa ter no seu horizonte, nomeadamente a Alemanha, não se deixe de cumprir as metas que estão traçadas, porque isso corresponderia a um revés muito grande para os europeus”, declarou, encerrando, desta forma, o programa da Cimeira, tendo, pouco depois, regressado a Portugal. – Fontes: Povo Livre e Diversas, Lusa e jornais

Debate quinzenal

Passos Coelho anuncia medidas estruturais sobre a despesa pública



Neste debate quinzenal, o primeiro desde que Pedro Passos Coelho anunciou um conjunto de medidas para reduzir estruturalmente a despesa pública em cerca de 4,8 mil milhões de euros até 2015, o primeiro-ministro anunciou que o Governo pretende introduzir um limite de 18 meses para a permanência dos funcionários públicos na mobilidade especial (depois, esclareceu-se que após os 18 meses teriam direito a subsídio de desemprego, na reformulação deste regime), aumentar o horário de trabalho da função pública de 35 para 40 horas, alterar a fórmula de cálculo das pensões e aumentar a idade da reforma (sem penalização) dos 65 para os 66 anos, embora o limite dos 65 se mantenha, com leve penalização, entre outras medidas

O 'confronto' entre o primeiro-ministro e os deputados aconteceu um dia depois de terem sido conhecidos os últimos dados relativos ao desemprego.

Mas nem tudo têm sido más notícias e o PM levou para o debate a decisão crescimento sustentável da economia nacional, acima de 2% ao ano em 2020, ao passo que as exportações portuguesas devem representar em 2020 um total de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, por comparação com os 29% apontados pelo Executivo no período ente 2000 e 2010.

Entre as medidas propostas pelo Governo está a criação imediata do regime de IVA de Caixa, diploma que irá abranger "85% das empresas portuguesas" e entrará em vigor a 1 de Outubro, concretizando assim uma velha e justa aspiração da pequenas e médias empresas.

"Mas não é apenas isso. Apesar da gravidade da crise, temos hoje os portugueses a pagar muito menos

o preço dos medicamentos do que pagavam, há mais portugueses a aceder às isenções das taxas moderadoras. As pensões mais baixas não estão congeladas como estavam em 2011".

"O Governo não pode deixar de lançar o debate mostrando efectiva abertura para incluir ideias que possam melhorar a estratégia de crescimento", disse Pedro Passos Coelho na abertura do debate, anunciando assim o tema que o Governo tinha escolhido para este dia: "as medidas estruturais de médio e longo prazo e a estratégia de crescimento e emprego".

Como é hábito, os temas não foram respeitados e cada partido da Oposição falou do que muito bem entendeu e desejou.

Com o PS e António José Seguro

António José Seguro (PS): "Ninguém acredita no seu programa de ajustamento e os seus números desmentem-no". "O senhor tinha um compromisso de redução de 500 milhões de euros. Depois escreveu à troika dizendo que era preciso fazer um ajustamento de mais 1300 milhões de euros. A sua proposta fala de 500 milhões de euros. Onde está o que falta? Conseguiu alargar o objectivo do défice?"

Mas a como é seu hábito, Seguro apenas falou das suas posições mais extremistas, nos Passos Perdidos e aos jornalistas, quando já não corre o risco de ser desmentido ou contradito pelo Primeiro-Ministro, que – ao contrário do líder socialista, diz o que tem a dizer o Plenário e retira-se imediatamente, sem mais comentários,

nem "à margem" de coisa alguma.

Assim disse que "Não colocamos de parte a iniciativa" de suscitar junto do Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva do diploma do Governo, na questão da convergência entre os sistemas de pensões, e disse que o seu Partido quer conhecer a proposta em concreto do Governo sobre as pensões, "porque neste momento cada membro do executivo diz uma coisa".

"Esta questão é política. Trata-se de retirar rendimento às pessoas e nós estamos a falar de idosos, pessoas que trabalharam uma vida inteira, que na maior parte dos casos têm pensões degradadas" acentuou o Secretário-Geral do PS, quando Passos já não estava nem podia responder.

Nesse contexto, Seguro considerou que o corte das pensões pode constituir "um crime do ponto de vista social", o que são palavras fortes para quem já não receia que abertamente lhe chame mentiroso.

NO anfiteatro, o diálogo tinha sido outro: "Uma coisa é a convergência dos subsistemas para as novas pensões, e aí há uma disponibilidade do PS; mas coisa completamente diferente é ir às pensões que já existem e aplicar um cortes Sobre essa matéria não há qualquer possibilidade de diálogo. O PS não aceita esse corte nas pensões".

"Estamos a falar das pensões que estão a pagamento", respondeu Passos Coelho, assumindo que haverá um corte nas pensões da convergência das pensões da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social.

"Vai tirar dinheiro aos pensionistas e reformados? Mas com o que é que suporta agora a despesa que propõe?",

perguntou António José Seguro.

“Responderei quando o senhor deputado responder à minha pergunta, sobre a forma de colmatar as brechas abertas pela decisão do Tribunal Constitucional, disse Passos Coelho e que comprometem a 7ª avaliação da Troika e o pagamento da “tranche” que a essa avaliação corresponde”, disse Passos Coelho, que na altura esgotava o seu tempo

Um velho truque das oposições que temos: deixam chegar o fim do tempo do PM e fazem-lhe mais uma pergunta a que o PM já não pode responder e assim fica a “pairar” nas recordações.

“O desemprego é fruto da sua política de austeridade custe o que custar”, lançou então António José Seguro, “Veio falar em convergência do público e do privado, mas o que tem explicar é como vai aos bolsos dos pensionistas buscar 700 milhões de euros?”

Jerónimo de Sousa

Apesar da dureza de algumas posições, Jerónimo de Sousa, do PCP, é sempre correcto e verdadeiramente “Parlamentar”.

Jerónimo falou com desencanto e preocupação dos números muito elevados do desemprego, atribuindo responsabilidades ao actual executivo, dizendo: “Bem sabemos que o emprego não se cria por decreto. Mas por decreto criam-se os despedimentos, como quer fazer na Função Pública”.

Passos Coelho, em relação à aplicação dos poucos fundos disponíveis, em fomento da economia e não em obras de criação artificial de emprego, disse: “Estou a fazer é evitar que os impostos portugueses não sejam desviados dos seus legítimos fins, para o que é essencial para as famílias”

Jerónimo de Sousa afirmou: “Quem é que quer enganar? A si próprio, aos deputados, aos portugueses...O desemprego foi uma opção”.

Passos Coelho lembrou que o Deputado comunista estava a dizer inanidades, visto que o Governo estava exactamente a preparar a paragem do desemprego e a seguir, o crescimento do Emprego, e fazia-o a cumprir compromissos – aliás tomados e assinados pelos socialistas de Sócrates – o que tinha restabelecido a confiança dos parceiros estrangeiros em Portugal, e também a possibilidade de um rápido regresso aos mercados financeiros, única forma de fazer crescer a economia; e como só o crescimento da Economia pode fazer crescer emprego, a resposta era essa, resposta global, ordenada e eficiente - e não outra, de um remendo aqui, outro ali... (Nota: transcrição livre)



Bloco de esquerda: a insustentável leveza do debate...

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, considerou hoje que o sistema de pensões da Caixa Geral de Aposentações é insustentável e apontou como um problema a falta de convergência dos seus actuais pensionistas com a Segurança Social.

As posições do chefe do Governo foram assumidas durante o debate quinzenal, na Assembleia da República, quando Catarina Martins, 1/2 Coordenadora do Bloco de Esquerda questionou Passos Coelho sobre as intenções do executivo PSD/CDS, em relação ao regime de pensões, em termos chocarrieiros e quase insultuosos, afirmando que Passos Coelho “Não gosta da Constituição” e que “lhe iria oferecer um exemplar de bolso...”

O Primeiro-Ministro ignorou a graçola e respondeu à pergunta, dizendo que “A partir de 2005 essa convergência está assegurada para futuro, mas não está assegurada relativamente àqueles que hoje são pensionistas da Caixa Geral de Aposentações.

“Quando 70% da despesa do Estado são prestações sociais e salários, alguma coisa está errada e alguma coisa tem de ser feita”

Atendendo a esta situação de base que é o sistema

não ser sustentável, não há dinheiro para sustentar o pagamento dessas pensões, esse é o problema factual que precisa de ser resolvido”, respondeu Passos Coelho, acrescentando que “há várias formas possíveis de o resolver” e que “uma delas é produzir a convergência dessas pensões, corrigindo a desigualdade que separa essas pensões do sector público das pensões do sector privado”.

“Devemos fazê-lo, modelar a medida e discuti-la de forma a evitar riscos constitucionais maiores, é esse o interesse de todos e do Governo também, mas não fugimos a esta questão”, sublinhou.

“Assim como está” – disse – “o sistema não é sustentável. Não há dinheiro. para manter e sustentar essas pensões a pagamento. Mas há várias formas de conseguir manter as reformas e uma delas é produzir a convergência, corrigindo a desigualdade entre as pensões do público e privado”.

Os Verdes: um discurso sem perguntas... e sem resposta!

A deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia falou longamente – um libelo acusatório que praticamente lhe tomou todo o tempo de intervenção, incluindo: “O senhor quer destruir o serviço público. Está a cumprir o seu sonho! – e assim, quando foi dada a palavra ao Primeiro-Ministro, Passos Coelho limitou-se a dizer: “Não dei fé de que a Senhora Deputada fizesse qualquer pergunta... por isso nada tenho a responder-lhe” e sentou-se, dando o assunto por encerrado.

CDS aponta quatro factos que simbolizam quatro objectivos do seu Partido

O líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, defendeu a importância de “cumprir em concórdia política mínima” e disse que as reuniões dos partidos com o Governo são já um aspecto “distintivo” de Portugal.

“Só este facto, o facto de ser possível juntar todo o espectro partidário representado à mesa de conversações, parece-nos também um facto importante e distintivo de Portugal em relação a outros países com idênticas ou piores dificuldades daquelas que nós atravessamos”, afirmou Nuno Magalhães.

Nuno Magalhães apontou, na sua intervenção, “quatro factos ocorridos nos últimos dias” que “simbolizam quatro objectivos” que o CDS considera importantes, como a aprovação do IVA de caixa, o regresso aos mercados, as alterações às indemnizações por despedimento e as reuniões entre os partidos e o Governo que começam hoje e se prolongam até quarta-feira.

“Identifiquei quatro factos ocorridos nos últimos dias e que a nosso ver simbolizam quatro objectivos que consideramos importantes: Reformar em concertação social,



cumprir em concórdia política mínima, criar condições de confiança para o investimento privado - externo e interno - e paulatinamente criar condições para ser possível criar um regime fiscal competitivo que privilegie as micro, pequenas e empresas familiares”, sustentou.

O líder parlamentar do CDS-PP referiu-se aos números do desemprego - que esta semana atingiu um novo recorde histórico de 17,7% - para argumentar que “só podem ser combatidos de forma substancial com reformas estruturais a médio e longo prazo que alterem a economia”, embora a sua “gravidade” exija “também medidas de curto prazo”.

“Se é verdade que só com uma consolidação orçamental sustentada podemos permitir condições de confiança na nossa economia para combater esse desemprego, não menos verdade é que é urgente criar condições no Estado, na Justiça, na competitividade laboral, na competitividade fiscal do país para manter e captar investimento e, assim, criar posto de trabalho”, afirmou.

Passos Coelho O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou hoje que não está “em condições de garantir” que uma medida de crédito fiscal ao investimento possa avançar ainda este ano, apesar de “estar a trabalhar nesse sentido”.

“Nós não estamos ainda em condições neste momento de garantir que esse crédito fiscal pode ter lugar ainda este ano”, afirmou Passos Coelho no debate quinzenal no Parlamento, em resposta a uma pergunta do líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães.

Nuno Magalhães perguntou quando o chefe de Governo prevê que possa ser adoptada a medida de “crédito fiscal ao investimento” anunciada pela comissão da reforma fiscal, presidida por Lobo Xavier.

“Se houver condições para ser adoptado já em 2013, este ano, será a nosso ver, um sinal claro para a criação de emprego, pois é justamente isto é que é o mais importante”, afirmou Nuno Magalhães.

Passos Coelho agradeceu a forma como o Grupo Parlamentar do CDS tem sido importante na sua disponibilidade e colaboração construtiva, para a realização política, económica e social da Coligação e afirmou que um dos elementos que consta do documento estratégico que o Conselho de Ministros aprovou é “justamente a necessidade de um espaço para produzir um crédito fiscal ao investimento, para poder aliviar a prazo os impostos sobre as empresas e, em simultâneo, sobre os cidadãos”.

“Estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance, dentro dos novos limites orçamentais que nos são disponibilizados com a negociação com a ‘troika’ e de acordo com as medidas que apresentámos e que têm vindo a ser discutidas com a ‘troika’, e estão ainda neste momento a ser discutidas com a ‘troika’, para saber se conseguimos fechar dentro desse tecto o nosso orçamento para este ano”, disse.



“Dependendo disso, nós avançaremos com uma medida dessa natureza”, sublinhou.

Passos disse, portanto, ser “premature” dizer exactamente como é que a medida “vai funcionar e qual é a expressão que vai ter”.

“Mas estamos a trabalhar para esse objectivo, de resto, como consta deste programa de crescimento que apresentámos”, afirmou.

Luís Montenegro renova o apelo aos partidos da Oposição para que participem na comissão eventual para a reforma do Estado

Finalmente, e pelo PSD, o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, renovou o apelo aos partidos da Oposição para que participem na comissão eventual para a reforma do Estado, sublinhando que também já aceitaram discutir com o Governo.

“Quero neste debate reafirmar, os partidos políticos aceitaram também debater com o Governo, que nós continuamos disponíveis para poder formalizar e levar à prática uma decisão legítima e democrática que este Parlamento tomou e que tem como objectivo olhar para as opções que temos de estruturar a nossa despesa pública mas também de potenciar a nossa economia e a criação de emprego”, afirmou Luís Montenegro.

O deputado, na sua intervenção no debate, disse que, neste momento, é preciso “lançar um apelo firme para que os partidos da oposição assumam as suas escolhas e as levem ao debate”.

Luís Montenegro lembrou que “houve sempre abertura para consensualizar o objecto da comissão”, que, apesar de aprovada em plenário, não foi constituída até ao momento por a oposição se ter recusado em participar nos trabalhos.

O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, renovou assim o apelo aos partidos da oposição para que participem na comissão eventual para a reforma do Estado, sublinhando que também já aceitaram discutir

com o Governo.

“Quero neste debate reafirmar, agora que os partidos políticos aceitaram também debater com o Governo, que nós continuamos disponíveis para poder formalizar e levar à prática uma decisão legítima e democrática que este Parlamento tomou e que tem como objectivo olhar para as opções que temos de estruturar a nossa despesa pública mas também de potenciar a nossa economia e a criação de emprego”, afirmou Luís Montenegro.

O deputado disse que, neste momento, é preciso “lançar um apelo firme para que os partidos da oposição assumam as suas escolhas e as levem ao debate”.

Luís Montenegro lembrou que “houve sempre abertura para consensualizar o objecto da comissão”, que, apesar de aprovada em plenário, não foi constituída até ao momento por a oposição se ter recusado em participar nos trabalhos.

No debate, o líder parlamentar do PSD disse que o facto de o Governo ter “políticas restritivas leva muitas pessoas a pensar que o Governo não tem sensibilidade social.

“Mas não é verdade. Temos hoje os portugueses a pagar muito menos o preço dos medicamentos do que pagavam, há mais portugueses a aceder às isenções das taxas moderadoras. As pensões mais baixas não estão congeladas como estavam em 2011”, disse.

Luís Montenegro defendeu que os 22 meses de governação PSD/CDS-PP “significam mudança em Portugal” e que “está muito longe de ser verdade a afirmação de que o Governo tem falhado nos objectivos”.

O deputado admitiu que há um “flagelo social gravíssimo que é o desemprego”, mas também nesse campo, acrescentou, “o problema já lá estava” ou seja, é um problema estrutural.

Passos Coelho arrancou o primeiro aplauso enérgico do dia, após uma intervenção em que enumerou várias medidas tomadas pelo Governo.

Com a intervenção da bancada do PSD, terminou este debate quinzenal – Povo Livre e fontes diversas

Matos Rosa manifesta total confiança na vitória de Jaime Azedo em Portalegre



O Secretário-Geral, Maros Rosa, esteve em Portalegre na segunda-feira, para a apresentação do candidato do PSD à Câmara local. Estavam presentes o antigo presidente do Partido, Marcelo Rebelo de Sousa; o candidato, Jaime Azedo; o mandatário da Candidatura, João Maçãs; o mandatário para a Juventude; o Presidente da Distrital, deputado Cristóvão Crespo; o Presidente da CPS; Filipe Serrote; Presidentes de outras Secções, muitos autarcas e dirigentes do PSD.

A todos Matos Rosa se dirigiu, dizendo: Caras amigas e caros amigos, uma primeira nota: tudo o que eu vou dizer estará naturalmente “dominado” pela minha alma



de portalegrense, porque sou norte-alentejano de sete costados.

É esta a minha terra, onde nasci e cresci, e sê-lo-á até ao fim da minha vida.

Aqui fui membro da minha Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal, aqui fui Presidente da Junta de Freguesia e Vereador na Câmara.

Gosto de estar com os meus amigos nestas ocasiões em que celebramos a amizade, a infância, as raízes, a história, a gastronomia, a política... e tudo aquilo que nos faz juntar...

Quero, desde já, saudar a presença do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que vem aqui dar um selo de qualidade a este projecto autárquico.

Se o Sr. Prof. nos brinda com a sua presença é porque acredita, antes de mais, que o Dr. Jaime Azedo, que bem conhece, é um homem com qualidades para tornar-se no próximo presidente da Câmara Municipal de Portalegre.

Todos nós acreditamos no seu projecto.

Reza a lenda que, Lysias, filho de Baco, deparando-se com a beleza destas paisagens, mandou construir uma fortaleza e um templo.

Estas construções foram feitas onde se encontra a Ermida de S. Cristóvão, no Atalaião. Lysias, fundador da cidade atribuiu-lhe o nome de Amaia.

Portalegre é assim uma terra de lendas e de muita História real.

Às vezes, convém recordar a grandeza do nosso passado como comunidade, porque se Roma e Pavia não se fizeram num dia, Portalegre também não nasceu num estalar de dedos...

Para compreendermos a dimensão de uma comunidade, temos de estudar e conhecer as suas mais remotas origens... E o Norte Alentejano carrega muitas páginas de vida, que se fizeram ao longo de muitos séculos.

Porque um Autarca também tem de estar à altura do nosso passado histórico.

Ora, o nosso candidato é protagonista à altura das responsabilidades para liderar a nossa Autarquia.

Jaime Azedo é um candidato de excelência.

É um médico que conhece bem os sentimentos e os valores da nossa terra.

É um homem dedicado à população, na saúde e na doença, porque é médico, de uma rectidão em toda a linha, de uma integridade à prova de bala, um homem que hoje decide abraçar esta missão de procurar as soluções para os problemas do nosso concelho.

Jaime Azedo é o candidato do PSD, o único capaz de fazer a diferença.

Com a sua experiência pode assegurar um destino encorajador para a nossa cidade, gerador de oportunidades para os jovens se fixarem, onde todos se sintam integrados neste concelho, com mulheres e homens trabalhadoras, honestas e corajosas.

Caras amigas e caros amigos,

Aceitei em ser candidato à Assembleia Municipal porque acredito, acima de tudo, na grandeza do próximo presidente... Jaime Azedo.

Acredito nas ideias que levará a escrutínio democrático... porque os eleitores são soberanos... e vamos trabalhar todos os dias para chegar à vitória...

Queremos que os Portalegrenses sintam que vale a pena fazer política, nobre arte ao serviço do povo e dos interesses gerais das populações.

Como dizia Sá Carneiro,

«O fim principal do poder político é o serviço da pessoa. O Estado está ao serviço da pessoa».

O Dr. Jaime Azedo, próximo presidente da Câmara de Portalegre, estará ao serviço das pessoas... dos portalegrenses.

O lema da sua candidatura é “Portalegre com orgulho”... e é também para mim um orgulho ser o vosso candidato à Assembleia Municipal... um orgulho e uma admiração poder servir Portalegre.

Nos tempos actuais, é fácil criticar ou adoptar uma postura de bota-abaixo.

Nós temos de pensar e falar com ambição – nunca descurando uma boa dose de humildade – e sempre com sentido de missão...

Não podemos ter medo de arriscar...

Seria mais fácil recusar e deixar que os outros façam por nós...

Não basta denunciar o que está mal, é preciso arregaçar as mangas e fazermos nós próprios o que tem de ser feito!

Não basta dizer que o mundo é perigoso e nada fazer para que se torne num lugar diferente... mais seguro, mais humano, mais solidário, mais justo e mais desenvolvido.

Temos também de saber valorizar o que temos de bom – e esta terra tem muitas potencialidades...

Temos de trabalhar para fazer obra... em todo o concelho.

Creio que Jaime Azedo vai deixar obra.

Tenho a certeza absoluta que os Portalegrenses vão rever-se na sua capacidade de fazer... seja na cidade, na Alagoa, em Alegrete, nas Carreiras, nos Fornos, na Ribeira de Nisa, Reguengo, São Justa ou na Urra... Porque somos todos Portalegrenses.

Caras amigas e amigos, o PSD não renega o seu passado, mas quer construir um futuro melhor... Um futuro que começa já! Hoje! Aqui!

E como referiu Francisco Sá Carneiro em 1974: “Uma campanha eleitoral democrática é feita de entusiasmo, de livre confronto de ideias, de discussão objectiva de programas”.

Caras amigas e amigos, vamos potenciar esse entusiasmo, que já existe hoje... rumo à vitória. Uma vitória por e para Portalegre, com os Portalegrenses.

E tendo por base um poema do nosso conterrâneo, José Duro, intitulado “As Flores”, e sem querer ferir a sensibilidade poética originária, o que Portalegre quer é:

«Ter asas para voar... voar!»

Caras amigas e amigos, as eleições autárquicas são fundamentais para:

- Aprofundarmos a democracia política;
- Promovermos a coesão territorial;
- Fomentarmos o empreendedorismo de base local, inovando e arriscando, tirando partido dos talentos, da criatividade e das infra-estruturas;
- Asseguarmos a igualdade de oportunidades e a mobilidade social;
- Apostarmos na eco-eficiência, nas tecnologias limpas e no apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Os Portalegrenses podem contar com o PSD!

O portalegrense Cristóvão Falcão, nos seus amores e desamores, refere-se aos tempos:

«Os tempos mudam ventura/ bem o sei, pelo passar».

O nosso amor a Portalegre é muito mais forte que qualquer sentimento particular por uma pessoa.

Queremos uma cidade com jovens, que os mais velhos desfrutem da serenidade na velhice merecida por uma vida de trabalho, que existam condições para promover a igualdade de oportunidades, que os serviços públicos funcionem com eficiência, que cada um se sinta feliz nos seus projectos de vida e em comunidade.

No PSD, temos os melhores para fazer de Portalegre uma referência.

Com os melhores vamos vencer as próximas Eleições Autárquicas.

E o melhor é o Dr. Jaime Azedo.

Queremos, Portalegre com orgulho!

Bem hajam!

Viva o PSD! Viva Portalegre!



Marcelo contra militantes que apoiam candidaturas de outro Partido

Marcelo Rebelo de Sousa criticou ontem os militantes do PSD que apoiam candidaturas autárquicas contra as do partido.

Essas declarações surgiram durante a apresentação da candidatura de Jaime Azedo “É respeitável que não queiram apoiar algumas candidaturas partidárias, mas o que não é concebível é que apoiem candidaturas contra as candidaturas do partido”, disse o professor. Em Portalegre é o PSD quem lidera actualmente a autarquia,

com Adelaide Teixeira.

A autarca assumiu o cargo depois da renúncia de Mata Cáceres, que pondera – ao que parece – avançar com uma candidatura independente às eleições de 29 de Setembro, depois de o PSD se ter decidido por Jaime Azedo. – Lusa, PG

O Secretário-Geral nos Açores para uma sessão de formação sobre as próximas autárquicas

Nos Açores, onde há muito o PSD mantém a maioria das Câmaras e Freguesias, mesmo com um Governo Regional Socialista, os candidatos já aprovados são:

- Corvo – José Manuel Nunes, 49 anos, funcionário da Lotaçor
- Santa Cruz das Flores – William Braga, 32 anos, Empresário
- Lajes das Flores – Alice Ramos, 35 anos, Engenheira Zootécnica
- Horta – Luís Garcia, 42 anos, Engenheiro Zootécnico
- Madalena – José António Soares, 50 anos, Técnico Comercial
- S. Roque do Pico – Luís Filipe Silva, 49 anos, Técnico Agro-florestal
- Lajes do Pico – Cláudio Lopes, 49 anos, Engenheiro Agrónomo
- Velas – Paulo Silveira, 45 anos, Fiscal Municipal
- Calheta – Aires Reis, 47 anos, Escriturário
- Santa Cruz da Graciosa – João Cunha, 57 anos, Topógrafo
- Angra do Heroísmo – António Ventura, 45 anos, Engenheiro Zootécnico
- Praia da Vitória – Judite Parreira, Professora Primária
- Ponta Delgada – José Manuel Bolieiro, 48 anos, Advogado
- Lagoa – Gaspar Costa, 40 anos, Empresário
- Vila Franca do Campo – Rui Melo, 54 anos, Consultor Comercial
- Ribeira Grande – Alexandre Gaudêncio, 30 anos, Economista
- Nordeste – Rogério Frias, 51 anos, Funcionário Público
- Vila do Porto – Carlos Rodrigues, 58 anos, Empresário

A pedido da Comissão Política Concelhia da Povoação, e ao qual a Comissão Política Regional anuiu, a candidatura autárquica do Partido a este concelho será anunciada posteriormente. No seguimento das orientações da Moção de Estratégia aprovada no último Congresso, as estruturas locais do Partido têm em ponderação candidaturas em coligação, para apresentação à Comissão Política Regional. Por ora, já foram aprovadas as candidaturas em coligação com o CDS/PP nos municípios de Angra do Heroísmo e Santa Cruz das Flores.

*

Matos Rosa, na sua qualidade de Secretário-Geral Nacional, presidiu e participou numa sessão de formação, na qual estiveram presentes todos os candidatos e dirigentes locais do nosso Partido, bem com outros responsáveis. Dirigindo-se a todos, o Secretário-Geral afirmou:

Quero começar por dirigir uma palavra de apreço ao trabalho do companheiro Duarte Freitas, que todos os dias, procura impor uma voz firme nesta generosa Região Autónoma dos Açores.

O Congresso de Janeiro deste ano foi um momento da afirmação de uma Oposição que se revela séria e determinada perante um executivo sem ideias e indeciso do socialista Vasco Cordeiro.

Duarte Freitas é uma “voz firme e empenhada para denunciar as injustiças, para sinalizar ineficiências” nos Açores.

O combate ao desemprego, o fortalecimento das Pequenas e Médias empresas, o apoio à agricultura, o desenvolvimento do turismo, são os principais desafios que se colocam ao PSD-Açores e a todas instituições e forças vivas da região.

Duarte Freitas está a fazer política dirigida para as pessoas e com as pessoas.

Creio que é esta linha de orientação que segue a



Comissão Política Regional, que aprovou as candidaturas de 18 Câmaras Municipais regionais, algumas das quais em coligação. Um processo que está quase fechado...

Como bem frisou o presidente do PSD-Açores, as candidaturas autárquicas do Partido constituem um sinal da vitalidade do Partido, e revelam o empenho do PSD/Açores “em trabalhar para ajudar as açorianas e os açorianos a enfrentar a maior crise financeira, económica e social da Autonomia”.

Os candidatos, recentemente anunciados, são os melhores para dar força à Autonomia regional.

São os melhores para reforçar a tradição exemplar do nosso Partido em cumprir com a defesa dos anseios e interesses das populações.

Estas eleições constituem, de facto, uma oportunidade para todos nós. Os açorianos podem contar com o PSD Nacional na intransigente missão de apoiar o PSD-Açores a encontrar as melhores soluções para os seus problemas concretos!

Duarte Freitas ajudar-nos-á a construir uma vitória nas autárquicas, que é importante sobretudo para os açorianos: uma vitória nos 19 concelhos, nas 156 freguesias

das 9 ilhas desta bela Região Autónoma.

Só depende de nós definirmos uma estratégia vencedora.

A nossa estratégia tem propostas e não táticas eleitoralistas

Uma estratégia com propostas e não feita de táticas políticas.

Não estamos contra o governo regional, queremos é que o governo regional se articule com os Autarcas para criar oportunidades para as populações.

[...]

Os Açores podem ajudar Portugal a sair da crise, com as suas vastas potencialidades: o mar, a fauna e a flora, a biodiversidade, as energias alternativas, a agricultura, a pecuária, o património histórico e a sua posição geográfica...

Queremos fortalecer os Açores, fixar os jovens, reduzir o envelhecimento da população, reduzir as desvantagens de estarmos muito longe de Lisboa... Mas os Açores têm



capacidade para resolver os seus problemas...

Vamos pensar nos Açores e fazer deste Arquipélago uma terra com futuro para as próximas gerações.

Companheiros,

Eu confio no PSD/Açores e em Duarte Freitas e a sua equipa para a "missão autárquica".

Confiem no Governo de Portugal

Queremos reconquistar a nossa plena soberania financeira e recuperar o direito de fazermos escolhas inteiramente livres.

Estamos, ainda, a pensar em Portugal com um horizonte alargado:

- na modernização e redefinição das funções do Estado com o objectivo de reduzir, estruturalmente, a despesa pública; reforçar as condições de justiça social e de igualdade de oportunidade; modernizar e qualificar os serviços públicos; e valorizar o dinamismo, a autonomia e a vitalidade da sociedade;

- na concretização de uma política fiscal, designadamente a reforma do IRC, mais alinhada com os objectivos do crescimento e emprego;

- na adopção de uma estratégia de investimento selectivo e reprodutivo, identificando sectores prioritários, reforçando o papel da inovação e do empreendedorismo na criação de valor económico e social e criando as condições de maior captação de investimento externo e privado.

Companheiros, a democracia portuguesa e a soberania de Portugal dependem da nossa determinação.

No PSD-Açores, estão os melhores!

Com os melhores, vamos vencer as próximas Eleições Autárquicas!!!

Portugal precisa de todos os açorianos...

Portugal só existe com os açorianos: de São Miguel, Faial, Pico, Graciosa, Corvo, Terceira, Santa Maria, Flores e São Jorge. Viva o PSD! Vivam os Açores! Viva Portugal!

- Fonte: Audiovisuais do PSD



Jorge Moreira da Silva apresenta Paulo Gamito como candidato do PSD à Câmara de Santiago do Cacém

Paulo Gamito defende que “o desenvolvimento e o emprego são essenciais para o futuro do concelho e para a qualidade de vida das populações”.

Na apresentação pública da candidatura, realizada ontem, o social-democrata, sublinha a nota do PSD, - “criticou a gestão da CDU na autarquia, considerando que a mesma é sem estratégia, sem capacidade para atingir o caminho do sucesso”.

“Basta desta política de estagnação. Inovação, desenvolvimento e competência não existe na prática, apenas na retórica”, refere Paulo Gamito, que afirmou, r: «Vamos com ambição e vamos com esperança de que tenhamos um bom resultado»

O candidato do PSD à Câmara Municipal de Santiago do Cacém considera que -“os autarcas devem centrar a sua atenção na resolução dos problemas sociais e do emprego”.

No âmbito dos Programas de Empreendedorismo, alargados às escolas das freguesias do Concelho, o candidato social democrata defende a criação de um programa às escolas e de uma feira de empreendedorismo jovem do Alentejo litoral. Pretende ainda promover um programa de bolsa de terras dirigido para os jovens, assim como criar uma bolsa para projectos de empreendedorismo social e associativo.

Presidente da Distrital de Setúbal

O presidente da Distrital de Setúbal do PSD e deputado, Pedro do Ó Ramos, lamenta que Santiago do Cacém não tenha a identidade que as pessoas merecem.

«Não há nenhuma marca que identifique Santiago do Cacém», explica, salientando ainda que a autarquia «?não tem rasgo, não tem imaginação, não dá a qualidade de vida que as pessoas precisam».

Jorge Moreira da Silva

Para o vice-presidente do PSD, Jorge Moreira da Silva, Santiago do Cacém compete à escala global com os restantes concelhos, através da captação de recursos, talentos e empresas, defendendo também que a solução para o crescimento tem que passar pelo empreendedorismo local.

O responsável social-democrata afirma ainda que existem «muitos planos e pouco planeamento», acrescentando que «as pessoas não querem perder qualidade de vida, mas tem que haver desenvolvimento económico».

Afirmou, a fechar, estar convencido de que Paulo Gamito é “O Homem certo no lugar certo”, capaz de conduzir Santiago do Cacém nas águas revoltas dos próximos anos. – Fonte: Povo Livre



Moreira da Silva

Desafio ao PS para finalmente “vir a jogo” e propor alternativas

O PSD desafiou o PS a “vir a jogo” pronunciar-se sobre o pacote de redução da despesa anunciado pelo Primeiro-Ministro, dizer que medidas apoia e propor alternativas.

Esta posição foi assumida pelo coordenador e Primeiro vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, Jorge Moreira da Silva, em conferência de imprensa, na sede nacional, em Lisboa.

Jorge Moreira da Silva referiu que o PS defendia que o debate da reforma do Estado exigia propostas concretas do executivo PSD/CDS-PP.

“O Governo fez a vontade ao PS. Avançou com o desenho de propostas de redução da despesa no quadro de uma reforma do Estado”, afirmou, acrescentando: “Agora compete ao PS também estar à altura das suas responsabilidades, dizendo medida por medida se concorda ou não concorda, se pretende substituir essa medida por outra, e já agora qual é a medida e qual é o montante financeiro de redução da despesa”.

Quanto à posição do PS de que os consensos, por princípio, devem ser procurados no parlamento, Moreira da Silva observou: “Não vale a pena andarmos à procura de pretextos para fugirmos à nossa responsabilidade.”

“A possibilidade de realizar compromissos está ao alcance dos partidos e do Governo”, considerou, admitindo que “esse diálogo pode ser também procurado no espaço parlamentar”.

De acordo com o coordenador da Comissão Política Nacional do PSD, o essencial é que o PS diga se quer “cumprir ou não cumprir” o Programa de Assistência Económica e Financeira e “qual é sua opção de consolidação orçamental”, se quer “mais impostos ou menos despesa”, especificando as áreas.

“Espero naturalmente que o PS esteja à altura das suas responsabilidades enquanto autor do memorando de entendimento, enquanto responsável pela circunstância a que Portugal chegou, mas também enquanto partido que tem e teve um papel importante na governação nas últimas décadas”, concluiu.

Na sua intervenção inicial, Moreira da Silva reiterou a disponibilidade do PSD para “um amplo diálogo político e social”.

Quanto às medidas para apresentadas pelo primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, na sexta-feira, o dirigente social-democrata não comentou nenhuma em concreto, afirmando apenas que o PSD está “solidário com a opção do Governo” e é a favor do cumprimento das atuais metas orçamentais por via da redução da despesa.

Nesta conferência de imprensa, o coordenador da CPN do PSD respondeu somente a perguntas colocadas pelas três televisões generalistas, saindo em seguida da sala.

O coordenador da CPN social-democrata, além da afirmação de solidariedade com a opção do Governo de reformar o Estado e reduzir a despesa, não comentou em concreto nenhuma das medidas anunciadas. No entanto, congratulou-se com a emissão de dívida pública a dez anos, agora realizada.

Sobre eventuais críticas internas a essas medidas, Jorge Moreira da Silva respondeu apenas que a direcção nacional do PSD “é solidária com a opção do Governo” e defende o cumprimento das atuais metas orçamentais “através da redução da despesa, em especial pela redefinição das funções do Estado”.

Moreira da Silva sustentou que uma estratégia de redução estrutural da despesa “permitirá que, a prazo, se possa reduzir a carga fiscal”, como pretendem os social-democratas.

“O PSD” – disse – “rejeitamos a opção de “não cumprir” as metas orçamentais acordadas e também recusamos cumpri-las “através de um aumento de impostos”.

Sobre a emissão de dívida a 10 anos, o PSD considera que dão “um sentido útil” aos sacrifícios realizados pelos portugueses, embora não justifiquem “sentimentos de euforia ou triunfalismo”.

“O PSD congratula-se com o êxito da emissão de dívida a 10 anos, hoje realizada, não apenas pelas condições alcançadas (...) mas também porque alarga ao mercado a confiança que Portugal já vinha merecendo por parte dos nossos parceiros e organizações internacionais”, sublinhou Jorge Moreira da Silva, já depois da reunião da Comissão Política.

Para o dirigente Social-Democrata, esta emissão “confirma o acerto da estratégia de consolidação orçamental e de reformas estruturais adoptada nos últimos dois anos”.

“Estes resultados, como esta operação bem-sucedida de colocação de dívida, não justificando sentimentos de euforia ou de triunfalismo, têm vindo a dar um sentido útil aos sacrifícios realizados e abrem um horizonte de confiança e de esperança para Portugal e para os portugueses”, destacou.

Portugal emitiu 3 mil milhões de euros de dívida pública com prazo a 10 anos, pagando uma taxa total, incluindo todos os custos associados, de 5,669%, enquanto a taxa de juro paga anualmente será de 5,65%.

Moreira da Silva salientou que, “ao contrário de muitos que, implícita ou explicitamente, defendem uma estratégia de incumprimento e, conseqüentemente, um segundo resgate”, o Governo e o PSD têm afirmado que pretendem concluir o mais rapidamente possível o Memorando de Entendimento, para que o País recupere a “plena soberania financeira e orçamental”.

“É o regresso ao financiamento através do mercado que permitirá melhorar as condições de financiamento do sistema bancário português e, dessa forma, reduzir os custos de financiamento das empresas, potenciando oportunidades de investimento, crescimento e emprego”, disse.

Para Moreira da Silva, foram a política do Governo e a credibilidade internacional alcançada por Portugal que permitiram o prolongamento por mais um ano do prazo para a correcção do défice.

“São, novamente, esses resultados e essa credibilidade que nos dão confiança para a breve conclusão da 7.ª avaliação [da ‘troika’], e conseqüentemente, para o pagamento de mais uma ‘tranche’ trimestral e para a confirmação da decisão, em simultâneo para Portugal e para a Irlanda, do alongamento dos prazos de pagamento dos empréstimos contraídos por Portugal, facilitando o regresso ao financiamento através do mercado”, acrescentou a terminar. – Fonte: PL, SAV/PSD e Lusa



Marco António Costa na apresentação dos dezasseis candidatos às Câmaras Municipais do Distrito de Faro

Já são conhecidos publicamente os dezasseis candidatos do Distrito de Faro às Câmaras Municipais.

Na sexta-feira, dia 10 de maio, foi com uma sala cheia que se realizou a o acto de apresentação pública destas Candidaturas. Marco António Costa, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata presidiu ao acto e realçou as grandes competências e qualidades destes candidatos afirmando que «Temos extraordinários candidatos, pessoas com currículos e com projectos políticos que demonstram que estão preparados para o tempo que iremos viver no próximo ciclo autárquico. Um tempo em que as políticas imateriais e o humanismo devem estar na primeira linha das preocupações e das realizações do poder local»

Luís Gomes, Presidente da Comissão Política Distrital de Faro, afirmou ao "Povo Livre" que o objectivo global destas candidaturas, é que o PSD continue a ser a força partidária maioritária do poder local na região do Algarve: «Isso é importante, porque o PSD tem sido a força motriz desta região ao nível do poder local» - Fonte: PSD/TV



Teresa Leal Coelho e Campos Ferreira apoiam candidatos a Penacova e Alcochete

Rosário Prates é a candidata social-democrata à Câmara Municipal de Alcochete. A sessão de apresentação pública desta candidatura decorreu no sábado, dia 11 de Maio. Teresa Leal Coelho participou nesta iniciativa.

Para a vice-presidente do PSD, a existência de mulheres que se candidatam nestas próximas eleições autárquicas é fundamental para todo o aprofundamento da democracia. “As mulheres que estão na política fazem-no com uma sensibilidade de género que marca a diferença que deve estar também materializada naquilo que é a decisão política e por isso congratulo-me por haver aqui uma mulher candidata”.

Rosário Prates começou por referir o facto de se ter candidatado. “Participar na campanha eleitoral, sobretudo nas condições que estamos a viver, é antes de tudo uma forma de exercer a minha cidadania”, disse.

Luís Batista, o presidente da Concelhia de Alcochete, Francisco Gomes da Silva, líder da JSD local e Maria do



Carmo Lavrado, mandatária desta lista demonstraram todo o seu apoio a Rosário Prates.

Pedro do Ó Ramos, líder da Comissão Política Distrital de Setúbal, frisou as qualidades desta candidata e as suas competências para o cargo a que se candidata. “Isso é possível com estas candidaturas. Com pessoas que de facto têm essa capacidade rasgo, de trazer investimento para a nossa terra e conseguir mexer com a economia social. Eu não tenho dúvidas pelo trabalho que tem feito que isso é possível com a Dr.ª Rosário Prates”.

Por sua vez, Luís Campos Ferreira esteve na sessão de apresentação da candidatura de Mauro Carpinteiro à Câmara Municipal de Penacova, dia 11. O deputado, em representação da Comissão Política Nacional, salientou que a tarefa de um social-democrata é ir para as ruas e corrigir os erros do passado deixados pelo partido da oposição. “É essa a nossa tarefa, é corrigir aquilo que os

socialistas nos deixaram e se alguém tem de ter vergonha nestas eleições autárquicas são os socialistas e o PS pelo estado em que deixou o país, não somos nós por estarmos a cuidar dele”.

O candidato da coligação “Juntos por Penacova” agradeceu a presença de todos e ao caracterizar esta candidatura e a equipa que a compõe não poupou elogios. “A equipa que nós temos é representativa disso. É representativa de que nós alargamos a nossa área de influência, nós alargamos a vontade de ter gente a participar pelo futuro de Penacova. É esta a nossa forma de estar na política e é esta a nossa forma de estar neste ato eleitoral.

Mauro Carpinteiro considera crucial “reforçar o tecido empresarial, promover o desenvolvimento económico, reforçar os projectos de competitividade do concelho” de Penacova.



Marques Guedes

“É responsabilidade do Governo, encontrar as formas mais equilibradas e equitativas para uma distribuição racional do esforço”

O ministro da Presidência, Luís Marques Guedes, afirmou que a posição do Governo sobre a contribuição de sustentabilidade “tem sido sempre a mesma” e que a comunicação social tem sido envolvida “em algumas tricas” que geram “especulação”.

Em declarações no final de uma visita às obras de melhoramento do Estádio Nacional, em Oeiras, Marques Guedes defendeu que o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, tiveram sempre a mesma posição sobre o assunto.

“Eu acho que há aqui uma mistificação muito grande por parte de alguma comunicação social em torno desta matéria, a posição do Governo desde o princípio tem sido a mesma, conforme foi dito quer pelo senhor primeiro-ministro, quer pelo líder do segundo partido da coligação, doutor Paulo Portas, nas comunicações que fizeram já há uns dez dias atrás”, sustentou.

Já questionado sobre o Conselho de Estado convocado pelo Presidente da República para a próxima semana, Marques Guedes respondeu não querer comentar assuntos de um órgão a que não pertence, mas disse que o chefe de Estado “deve reunir sempre que as situações o aconselhem”.

“Se [o Presidente] assim o determinou é porque entende que há razões, e seguramente que há, nomeadamente tanto quanto vi pela comunicação social tem que ver com o posicionamento de Portugal e a preparação do futuro pós-‘troika’ e pós-programa de ajustamento, é evidente que um órgão tão importante deve também dar o seu contributo para aquilo que o país tem de atempadamente começar a trabalhar e a programar”, acrescentou.

Para o ministro da Presidência e dos Assuntos Par-



lamentares não houve “qualquer tipo de recuo” dentro do executivo sobre a chamada ‘TSU dos pensionistas’: “A minha opinião é que a posição defendida pelo Governo desde o primeiro momento tem sido sempre a mesma, tem havido é uma especulação e algumas tricas em que a comunicação social é envolvida depois”.

“Essencialmente, se for verificar o que foi a declaração do primeiro-ministro e a declaração seguida do presidente do CDS-PP, o doutor Paulo Portas, elas vão exactamente no mesmo sentido, desde o primeiro momento”, acrescentou.

Marques Guedes referiu que o Governo “apresentou

um conjunto de propostas abertas ao consenso nacional, “também desde o primeiro momento foi dito, algumas delas o Governo desejará que possam ter que não ser aplicadas”.

“Há umas que obviamente o Governo tudo fará e tudo está a fazer para que não tenham de ser aplicadas, atendendo ao peso do sacrifício que elas representam para os portugueses, na certeza no entanto que, e os portugueses já interiorizaram isso, seja com estas ou com outras medidas, temos mesmo de fazer um esforço de por as nossas contas em dia”, afirmou.

O governante assinalou ainda que “todas elas podem ser substituídas por medidas alternativas com igual impacto e igual dimensão, em termos de projecção no défice e em termos de permanência estrutural”.

“É responsabilidade do Governo, em conjunto com todas as forças políticas e os parceiros sociais, encontrar as formas mais equilibradas e equitativas para que haja uma distribuição racional do esforço que é pedido a todos os portugueses para pormos o país de novo numa trilha de desenvolvimento e crescimento e criação de emprego”, disse Marques Guedes.

“Os tempos anteriores, em que se gastava mais do que aquilo que se tinha, só podiam acontecer porque havia quem estivesse disponível a emprestar dinheiro ao país e aos portugueses para que isso pudesse acontecer, o problema é que esse fluxo de capitais de fora, essa possibilidade de endividamento, cessou, e, portanto o país, como as famílias e as empresas, tem de fazer contas à vida e passar a gastar de acordo com as suas possibilidades, é uma verdade inexorável”, advogou. - Fonte: Lusa

Redução de 259 milhões ainda este ano em encargos com PPP rodoviárias

O Governo anunciou que assinou na sexta-feira, dia 10, acordos com a Ascendi, a Norscut e a Scutvias que permitem a redução dos encargos estatais com Parcerias Público-Privadas (PPP) rodoviárias em 259 milhões de euros este ano.

“Os acordos celebrados terão impacto já em 2013, permitindo uma redução dos pagamentos da ordem dos 259 milhões de euros e contribuindo decisivamente para o cumprimento do objectivo de redução de 300 milhões de euros nos encargos com as referidas parcerias”, lê-se num comunicado emitido pelo gabinete do ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro.

Após o acordo alcançado pela Comissão de Negociação das PPP, a Estradas de Portugal (EP) vai reflectir este valor no seu orçamento de 2013 e, consequentemente, no Orçamento Geral do Estado, avançou o executivo de Passos Coelho.

As três concessionárias de auto-estradas que chegaram a acordo preliminar com o Governo são responsáveis por sete concessões: Grande Porto, Costa da Prata, Beiras Litoral e Alta, Norte e Grande Lisboa (Ascendi), Interior Norte (Norscut) e Beira Interior (Scutvias).

“A redução obtida nas sete concessões agora negociadas corresponde a cerca de 35% do valor dos

pagamentos a que o Estado estava obrigado anualmente, por compromissos assumidos anteriormente com estas concessionárias e que, no caso dos contractos mais longos, se estendem até 2037”, lê-se no comunicado.

Segundo o documento, “o entendimento entre as partes, alcançado pela via negocial (de resto, a via que o Governo sempre privilegiou neste processo) elimina riscos de pedidos de reequilíbrio financeiro e de futuras indemnizações às concessionárias”.

Os acordos pressupõem a redução das taxas de rendibilidade dos capitais accionistas (TIR – taxa interna de rendibilidade), a optimização das actividades operacionais desenvolvidas pela concessionária, a redução ou eliminação dos encargos fixos e regulares com as grandes reparações (até aqui incorridos pelo Estado, independentemente da sua realização), e a apropriação pelo concedente das contas destinadas a estas actividades.

No caso concreto da Scutvias, o acordo celebrado implica também a transferência do risco de tráfego e de cobrança de portagens para a concessionária, bem como a partilha de ‘upsides’ (excedentes) de receita se o tráfego for superior às estimativas atuais, revelou o Governo.

“A redução total estimada nas nove concessões objecto da primeira fase de renegociação ultrapassa os 2.500 ME [2,5 mil milhões de euros], ao longo da vida

dos contractos”, informou o Governo, que anunciou ainda que prosseguem as negociações com todas as concessionárias envolvidas.

O objectivo é avançar com as “alterações contratuais que reflectam os acordos alcançados”, explicou o executivo, que reforçou a intenção de chegar a acordo com a única concessionária ex-scut (Euroscut, responsável pelas concessões Norte Litoral e Algarve) em que tal ainda não foi possível.

O Governo frisou ainda que paralelamente, continuam os trabalhos de renegociação dos contractos de subconcessão (Transmontana, Douro Interior, Pinhal Interior, Litoral Oeste, Baixo Tejo, Baixo Alentejo e Algarve Litoral), bem como a renegociação dos contractos de concessão da Brisa e Lusoponte.

Também nestas negociações o intuito assumido pelo executivo é “reduzir os encargos e/ou aumentar as receitas anuais do Estado e da Estradas de Portugal”.

O Governo salientou que “este processo é fundamental para assegurar a sustentabilidade do modelo rodoviário português e para consolidar as contas públicas”, renovando o seu “firme compromisso” perante estes objectivos.

- Gab. Imp. PM

IVA de caixa é um auxílio à tesouraria das empresas e preserva postos de trabalho



No final do debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, dia 10, sobre medidas estruturais de médio e longo prazo e estratégia de crescimento e emprego, Luís Montenegro saudou o Governo por trazer a debate importantes decisões e discussões acerca do futuro do nosso país e lamentou que, por parte da oposição, não tenha havido grande evolução nem grande vontade de fazer essa discussão, apresentando-se os deputados da oposição com um discurso monocórdico e inconsequente. “Monocórdico porque basicamente se afirmou contra tudo o que é apresentado pelo Governo, tentando aproveitar o descontentamento e a boleia das resistências naturais que sempre emergem quando há processos de mudança. E muito inconsequente porque ficou, mais uma vez, claro que raramente se conseguem apresentar alternativas viáveis. De resto, a ausência de resposta do deputado António José Seguro à pergunta de como financiar as propostas que coloca em cima da

mesa é sintomática”.

O líder parlamentar do PSD desconstruiu o argumentário da oposição, afirmando que, ao contrário do que se tem dito, estes 22 meses significam mudanças em Portugal e está muito longe de ser verdade a afirmação de que o Governo tem falhado os seus objectivos. “Em primeiro lugar nós estamos a cumprir a nossa palavra, a palavra que o Estado empenhou em maio de 2011. E isso é essencial para recuperarmos a soberania em 2014, como foi sempre o nosso objectivo. Esta estratégia já permitiu reduzir o défice, em especial o défice estrutural, e já permitiu reduzir os encargos com os juros. Nenhum de nós tem interesse em deixar de pagar o juro mais baixo que seja possível”. Neste âmbito, o deputado recordou que as taxas de juro têm vindo a baixar acentuadamente, que são mais baixas do que antes do pedido de ajuda e que essas taxas são mais baixas do que as de alguns países que ajudaram a suportar o auxílio financeiro que Portugal recebeu. Como tal, Luís Montenegro considera que a emissão de dívida a 10 anos, realizada esta semana, é um sinal de que Portugal está a recuperar a confiança externa e questionou Pedro Passos Coelho se o sucesso desta operação é ou não um sinal claro de que Portugal está em condições de terminar o seu Programa em Junho de 2014. “Nós nunca tivemos ilusões, sempre soubemos que era preciso conciliar esta trajectória de recuperação financeira com a necessidade de criarmos condições para crescer do ponto de vista económico e para manter e criar emprego. É com base nisso que o Governo apresentou à discussão um conjunto de medidas que é deveras importante”.

Contrariando as acusações de que o Governo não tem sensibilidade social, o presidente do grupo parlamentar

elencou várias das medidas tomadas pelo executivo, nestes 22 meses, e que demonstram que estamos perante uma acusação infundada. “Para além das matérias financeiras e reformas estruturais, nós temos os portugueses a pagar muito menos pelo preço dos medicamentos. Hoje há muitos mais portugueses a aceder às isenções das taxas moderadoras do serviço nacional de saúde. Hoje as pensões mais baixas estão a ser actualizadas e não estão congeladas. Hoje o Estado gasta menos com rendas de energias e com parcerias público-privadas. Hoje o sector público dos transportes tem resultados operacionais positivos. Aqueles que encham a boca com a insensibilidade social deste Governo não deviam esquecer-se que estas são realidades indimentáveis. Claro que nós estamos muito concentrados e não podemos deixar de nos confrontar com o flagelo social que é gravíssimo: o desemprego. Mas também aí sabemos que esse é um flagelo que, infelizmente, é estrutural, que não é de agora e que subiu mesmo quando o país crescia. O que quer dizer que o problema já lá estava mesmo antes de entrarmos em recessão”.

Face a este cenário, Luís Montenegro considerou fundamental e de especial relevância a medida aprovada pelo Governo de implementação do iva de caixa. “Durante anos batemo-nos para que fosse possível implementar o IVA de caixa. O anterior Governo sempre o recusou e sempre achou que era demagogia. Mas a decisão está tomada, o auxílio à tesouraria das empresas está para se poder configurar como uma verdadeira ajuda à manutenção do emprego e os que criticam parece que se esquecem que estamos a atender às necessidades de cerca de 85 por cento do nosso tecido económico. As micro, pequenas e médias empresas têm este impacto no funcionamento da nossa economia”.

“O futuro QREN é uma oportunidade imperdível para Portugal”

Para Almeida Henriques, o próximo ciclo de fundos estruturais assume uma importância decisiva para uma trajectória de retoma sustentada do crescimento, do emprego, da coesão territorial e de convergência com a Europa. De acordo com o deputado do PSD, inicia-se já no próximo ano, em 2014, o novo ciclo de financiamento da União Europeia às políticas de coesão, crescimento e emprego, que vigorará até 2020. “Ainda antes do fim do Verão deste ano, deverá estar concluída a negociação do ‘Acordo de Parceria’ entre o Estado Português e a Comissão Europeia, que definirá a arquitectura desse futuro quadro de apoios comunitários a Portugal. Esta é uma matéria que reclama uma especial atenção e um escrutínio por parte desta Assembleia, enquanto representação democrática do povo e dos cidadãos”. Para Portugal, considera o deputado social-democrata, este não é um assunto qualquer. “Os fundos estruturais da União Europeia são hoje e serão, no futuro próximo, o principal, senão o único, instrumento relevante de apoio ao investimento produtivo em Portugal e de uma política de estímulo ao crescimento e à competitividade. Simultaneamente, os fundos comunitários constituem ainda o mais importante recurso para as políticas de emprego e inclusão social, de desenvolvimento regional e coesão territorial, e de uma reforma do Estado verdadeiramente modernizadora”. “Um “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, como preconiza a estratégia “Europa 2020”, não se faz por varinha de condão, discursos inconsequentes ou tecnocracias de gabinete. Faz-se com base em opções políticas, estratégicas e programáticas pertinentes, justas e adequadas aos desafios que enfrentamos”, frisa o deputado.

Num debate marcado pelo PSD, para discussão de três projectos de resolução dos sociais-democratas sobre

política europeia, o social-democrata declarou que se é verdade que podem não existir últimas oportunidades para os países, não é menos verdade que existem “oportunidades imperdíveis”, e “o futuro QREN é uma oportunidade imperdível para Portugal”. “Mais do que nunca, o próximo ciclo de fundos estruturais de apoio a Portugal assume uma importância decisiva para uma trajectória de retoma sustentada do crescimento, do emprego e da coesão territorial, e de convergência com a Europa. Confirmando-se o acordo firmado em Fevereiro passado para o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, Portugal beneficiará no “Novo QREN” de 19,6 mil milhões de euros de financiamentos. A resolução desta Assembleia em recomendar ao Governo um conjunto de orientações e preocupações é, portanto, a consequência das atribuições legítimas deste Parlamento e da superior relevância do Acordo de Parceria para o país”.

Após uma longa exposição das propostas constantes nos documentos do PSD, Almeida Henriques afirmou que Portugal deve, no futuro ciclo de fundos estruturais, assumir o desafio de emendar a elevada dispersão de apostas e pulverização de investimentos que caracterizaram o actual e anteriores Quadros. “Deve, por isso, o Governo envidar esforços no sentido de concretizar os recursos dos fundos estruturais na promoção competitiva económica, fomento industrial e no estímulo à produção de bens e serviços transaccionáveis. Na formação de capital humano, na empregabilidade, na inclusão social e no combate à pobreza. Na protecção e valorização dos recursos naturais, na qualificação do espaço urbano e rural e no reforço da conectividade internacional do país, indispensáveis a uma rede territorial eficaz, organizada e atractiva”. Neste âmbito, considera o parlamentar, cabe ao Governo valorizar a reputação do sistema de gestão e controlo nacional de



fundos comunitários e o reconhecimento expresso, em diversas ocasiões, pela Comissão Europeia nesse sentido.

Almeida Henriques destacou, ainda, o papel imprescindível de uma participação colectiva em torno dos desígnios e opções do “Acordo de Parceria” para os fundos estruturais. “O sucesso de um destino comum depende de uma liderança, tanto quanto de uma participação inteligente e solidária. Recomenda-se, por isso, vivamente, o aprofundamento do diálogo com os parceiros sociais, as empresas e as suas associações, as regiões e os municípios, os centros de saber e as instituições do terceiro sector. Uma cultura de co-responsabilidade é uma exigência e um trunfo num mundo que funciona, vive e trabalha em rede”, destacou.

“Plano estratégico para o Porto de Lisboa é uma oportunidade de ouro para requalificação de zonas ribeirinhas”

Os deputados do PSD eleitos por Setúbal e Lisboa defendem que o plano estratégico para o Porto de Lisboa pode ser um potenciador da AML, bem como uma oportunidade única para a requalificação das zonas ribeirinhas das duas margens do Tejo, num investimento de cerca de mil milhões de euros.

No âmbito de uma visita aos territórios abrangidos pelo plano estratégico para o Porto de Lisboa, que incluiu uma reunião com a presidente da Administração do Porto de Lisboa, os social-democratas acreditam que este é um projecto bastante importante para a Área metropolitana de Lisboa e para a economia nacional.

António Prôa, deputado do PSD eleito por Lisboa, afirma que este plano constitui uma “oportunidade de ouro” para a requalificação todas as zonas ribeirinhas do estuário do Tejo, num investimento de cerca de mil milhões de euros, sendo 800 milhões de investimento privado e 200 milhões de dinheiros públicos, com impacto no desenvolvimento económico para as empresas e na criação de emprego, potenciando ainda a economia, em particular a competitividade mundial do Porto de Lisboa, o aumento do turismo e das actividades náuticas.

Lembrou ainda que foi proposto no parlamento a realização de audições conjuntas por três comissões sobre o plano do Governo para a reestruturação do Porto de Lisboa.

Os deputados querem promover audições ao Porto de Lisboa, entidades envolvidas, autarquias e associações ambientalistas, no âmbito das comissões parlamentares de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, de Economia e Obras Públicas e de Agricultura e Mar.

António Prôa sublinha que a intenção dos deputados do PSD é aprofundar a informação para um melhor esclarecimento de todos, dando como exemplo o que se passou em Almada, onde “existem agentes, como a presidente da Câmara Municipal de Almada, que não tem contribuído muito para transmitir a informação correcta para que as pessoas possam formar uma opinião séria e isenta”.

Foi ainda anunciado pelo deputado do PSD eleito por Setúbal, Bruno Vitorino, que será proposto à ministra do Ambiente a integração da Administração da APL no grupo de acompanhamento do projeto Arco Ribeirinho Sul, para uma maior articulação entre as entidades envolvidas.



Theatro Circo deve ser epicentro da dinâmica cultural da cidade



Inserido num ciclo de contactos que os “Juntos Por Braga” têm vindo a promover com diversos agentes de diferentes áreas de actuação, Ricardo Rio visitou, dia 8, o Theatro Circo, empresa participada pela Câmara Municipal, que detém a totalidade do capital social.

O líder da coligação “Juntos por Braga” salientou que a reunião com a administração do Theatro Circo foi “extremamente útil”, porque permitiu fazer um balanço alargado de vários aspetos que considerou “cruciais” para a actividade do próprio Theatro, desde o nível da programação, ao financiamento, passando pelas estratégias de promoção que têm sido seguidas.

“Aquilo que concluímos após esta visita é que, pese embora haja alguns dados positivos do trabalho que vem sendo realizado, há fundamentalmente um grande desafio pela frente, que passa por tornar esta estrutura cultural reconhecida como um local de destino natural para a população da cidade que tem apetência para a participação em atividades culturais”, sublinhou Rio, que enfatizou que este é um fator que atualmente não está a ser conseguido, já que se sente um “divórcio” entre a cidade e a própria região e o Theatro.

Segundo o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, é essencial que exista uma diversificação da programação e uma aproximação das estruturas locais ao Theatro, juntamente com uma promoção eficaz que vá ao encontro das exigências da generalidade dos bracarenses e de todos os que vivem neste território. “O grande desígnio que queremos alcançar passa por, sem canalizar muitos mais recursos para o Theatro, garantir quer este não é um eucalipto no meio do deserto, mas sim o epicentro de uma dinâmica cultural coletiva que efetivamente transforme a cidade de Braga neste sector, bebendo também das dinâmicas culturais que existem a nível local em vários domínios”, garantiu.

Ricardo Rio assumiu ainda o compromisso de manter a estrutura atual e os recursos humanos do Theatro Circo e de, dentro das possibilidades, reforçar essa mesma estrutura. “Esse é um desígnio com o qual nos comprometemos totalmente e nem sequer poderia ser de outra maneira. No futuro, consoante as carências que detetarmos, equacionamos o reforço da estrutura para cobrir essas necessidades”, afirmou.

Complementaridade estratégica na região é fundamental

Por seu turno, Rui Madeira, administrador do Theatro Circo, reforçou a importância deste tipo de iniciativas para que as forças políticas percebam os problemas e as dinâmicas destes equipamentos. “Mais informação e conhecimento permitirão ajudá-los a formar e a organizar um discurso de cidade para o qual nós todos lutamos, independentemente das posições que cada um possa ter a cada momento. Todos estamos imbuídos do espírito de melhorar as coisas e para isso não temos de ser da mesma opinião, pelo contrário, as diferenças são de salutar”, disse.

O administrador apontou a necessidade de se olhar de uma forma mais vasta para o território do Minho para se poder definir de forma exata e coesa o funcionamento e objectivos do Theatro Circo e de todas os outros equipamentos culturais, defendendo uma complementaridade estratégica na programação. “Temos de perceber que cidade é que queremos. Estamos num fim de um ciclo e hoje o olhar que se tem sobre Braga é muito diferente do que acontecia há 20 anos atrás; tem de se ter obrigatoriamente uma perceção mais vasta de território”, acredita, evidenciando que após se anexar essa ideia de território, será muito mais fácil atingir a sustentação, racionalizar o financiamento e potenciar as capacidades de produção e programação.

Por fim, Rui Madeira destacou que as linhas estratégicas actuais do Theatro Circo passam principalmente pela valorização da criação artística nacional, pela ligação à lusofonia e à Europa, nomeadamente à Galiza, e pela formação dos públicos.



Políticas sociais são prioridade para os candidatos autárquicos do PSD/Açores

O presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, pediu aos candidatos sociais-democratas açorianos nas eleições autárquicas, para que se comprometam apenas com o que sabem poder cumprir e para que seja dada prioridade ao desenvolvimento de políticas sociais. Duarte Freitas falava numa sessão de trabalho com candidatos autárquicos do partido, organizada pela Comissão Política de ilha do PSD de São Miguel, que se realizou na Ribeira Grande, dia 10 de Maio. “Não façamos nós aquilo que os nossos adversários políticos têm feito. Vamos prometer aquilo que podemos fazer e vamos especialmente fazer aquilo que prometemos depois das eleições”, pediu o líder do PSD/Açores.

O presidente dos sociais-democratas açorianos recordou que os Açores vivem actualmente “a maior crise económica, financeira e social da Autonomia” e os açorianos enfrentam “enormes dificuldades derivadas dessa crise pelo que a altura é também de grandes cautelas nas propostas que são apresentadas aos cidadãos”.

Duarte Freitas pediu, por isso, aos candidatos do partido que seja dada uma “atenção muito especial e um esforço muito concreto”, para nos compromissos eleitorais e depois na sua execução “se ter as políticas sociais, de família e de apoio aos mais necessitados como primeira prioridade”.

“Ser sérios e procurar ajudar quem mais precisa neste momento tão difícil é o desafio que o momento nos lança”, acrescentou.

Duarte Freitas recordou que as eleições autárquicas “disputam-se num período muito difícil para o PSD/Açores”, assegurando que o partido “apresenta os melhores candidatos e os projectos mais creíveis”.

“Esta é também uma oportunidade de chamar gente nova, militantes e não militantes, para servir os nossos concidadãos e nós temos excelentes candidatos”, concluiu.



Governo regional deve deixar de fazer propaganda



O presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, considera “muito preocupantes” os dados relativos ao desemprego na região, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, e que revelam que o número de desempregados na região ultrapassa as 20 mil pessoas com o desemprego jovem a atingir os 42 por cento.

Segundo Duarte Freitas, “os números hoje conhecidos devem-nos deixar muito preocupados”. De facto, “num ano o desemprego cresceu cerca de 20 por cento o que representa mais 3300 açorianos sem trabalho”.

“É um flagelo e uma tragédia para os Açores”, considerou.

Estes números, reforçou, registam-se depois do governo regional “ter anunciado no ano passado 21 medidas de combate ao desemprego e de este ano quase diariamente anunciar novas medidas”.

A conclusão que se pode retirar, disse o presidente do PSD/Açores, “é que a propaganda não tem tido resultados, uma vez que entre aquilo que o governo diz e anuncia e a triste realidade que se verifica há uma distância enorme”.

Duarte Freitas recordou que “o PSD/Açores tem apresentado propostas muito concretas e está totalmente disponível para que se encontrem soluções”. “Esperemos que o governo regional agora, com estes números trágicos, tenha uma preocupação maior com a efectividade das suas políticas e não com a propaganda que, já se viu, parece estar a ter poucos resultados”.

Ciclo de conferências “O PSD e as comunidades”

O ensino do português nos EUA



O PSD-EUA promoveu um segundo colóquio, no âmbito do ciclo de conferências “O PSD e as comunidades”, subordinado ao tema “O ensino do português nos EUA”, no Clube Português de Elizabeth, situado em Elizabeth, no estado de Nova Jérсия, dia 22 de Abril.

Participaram como oradores-convidados, Maria João Ávila, deputada do PSD eleita pelo círculo fora da Europa, Donald Gonçalves, administrador do conselho escolar das escolas públicas de Elizabeth, no estado de Nova Jérсия, e o coordenador-adjunto do ensino do português nos EUA, António Oliveira. O debate foi coordenado pelo jornalista Jorge Lúcio.

Com a presença de vários pais, e professores, abriu a sessão o presidente do PSD-EUA, Mário Filipe Marques, que depois de agradecer aos oradores convidados, professores, pais e a todos os presentes, referiu que o ensino do português nos Estados Unidos da América continua a ser uma prioridade de agenda para as comunidades, nos governos liderados pelo Partido Social Democrata. “O governo, na medida do possível, e dentro da contenção orçamental, tem colocado os meios possíveis para a aprendizagem do português, no actual sistema escola (associações comunitárias e no ensino integrado), mas todos sabemos, que é com o empenho dos professores, dos pais e das associações comunitárias que o português é leccionado a milhares de crianças, na grande maioria já nascidas nos EUA”, disse.

Mário Filipe Marques destacou que “a nossa língua, une não só os portugueses e as comunidades, mas também um universo de mais de 280 milhões de falantes, que são em si, e só por si, um motivo para que o português seja hoje, uma língua procurada por muitos, que vêm no mundo lusófono, oportunidades de emprego e de empreendedorismo”.

Na sua intervenção, Donald Gonçalves sublinhou que o ensino do português está a ser bem implementado nas escolas públicas em Elizabeth onde a população estudantil lusodescendente é de 10 por cento e os professores representam cerca de 170.

António Oliveira ressaltou as alterações que estão a ser introduzidas de forma a que a língua portuguesa se torne numa língua internacional, assim como no valor económico que a língua pode representar.

Maria João Ávila realçou a desigualdade nos apoios concedidos pelos anteriores governos do PS, ao ensino de português na Europa e nos Estados Unidos, assim como outros factores, que merecem reparos para que a expansão da língua se torne mais eficaz.

O próximo ciclo de conferências irá debater a temática da “Cidadania e a importância da participação cívica”, e terá lugar na cidade de Filadélfia, capital do estado da Pensilvânia, no próximo dia 15 de Junho.





AD EXORTA GOVERNO A MANTER A DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA



Durante a reunião de cimeira da AD

A cimeira da Aliança Democrática reuniu no passado dia 11 em Lisboa, sendo as delegações constituídas, respectivamente, por Francisco Pinto Balsemão, Fernando Amaral, Ângelo Correia e Amândio de Azevedo, pelo PSD;

Diogo Freitas do Amaral, Basílio Horta, Miguel Anacoreta Correia, Luís Beirão e Jorge Goes, pelo CDS; Gonçalo Ribeiro Telles, António Borges de Carvalho, António Ferreira Pereira, Bento Morais

Sarmento e José Manuel Abrunhosa, pelo PPM.

A cimeira analisou a situação política, congratulando-se com a resposta firme e decidida que os trabalhadores portugueses, bem como a população em geral, têm vindo a dar às manobras desestabilizadoras que as forças minoritárias lideradas pelo Partido Comunista desencadearam com o objectivo de impedir através da revisão constitucional, se alcance a democracia plena que o

Povo português deseja e pela qual a AD se bate desde a sua fundação em 5 de Julho de 1979.

A cimeira, reconhecendo que os conflitos que sempre existem nas sociedades abertas e democráticas, estão a ser artificialmente empolados, exortam o Governo a manter-se, como até aqui, numa linha de defesa intransigente da legalidade democrática e de acção política e governativa reformista, única susceptível de alcançar a mudança

que a AD prometeu e garante aos portugueses.

A cimeira analisou também a situação parlamentar, sublinhando a forma corajosa e eficaz como a maioria e o Governo têm sabido fazer frente e desmascarar a utilização que continuamente a oposição vem fazendo dos seus direitos regimentais com o fim de dificultar a actividade do legislativo e procurar servir-se da tribuna parlamentar para fomentar um clima de instabilidade e agitação da opinião pública.

A cimeira aprovou um vasto programa de realizações com o objectivo de dinamizar os militantes e simpatizantes dos partidos que integram a AD, a divulgar oportunamente, das quais desde já se anunciam, para o mês de Março, o comício de apoio à revisão constitucional que terá lugar no Porto no próximo dia 20, com a presença dos três líderes e o encontro nacional que no dia 27 reunirá os dirigentes nacionais e distritais do PSD, do CDS e do PPM com membros do governo e

líderes da maioria parlamentar.

A cimeira, finalmente apreciou o estado actual do processo de revisão constitucional, reconheceu o empenhamento dos grupos parlamentares da maioria no seu desenvolvimento recomendando-lhes que continuem a desenvolver os seus melhores esforços para acelerar os trabalhos no sentido de que rapidamente o plenário da Assembleia da República se possa ocupar do que é, a sua mais importante tarefa desta sessão legislativa.



João Salgueiro presidente da Direcção do Gabinete de Estudos do PSD

João Salgueiro preside à nova direcção do Gabinete de Estudos Nacional do Partido Social Democrata, que integra ainda Pinto da Silva e Luís Todo Bom.

À posse, que foi conferida por António Capucho, secretário-geral

do PSD, assistiram Vítor Crespo, director cessante e Mário Adegas, membro da Comissão Política Nacional e responsável pela articulação com o gabinete de estudos do partido.

PSD venceu eleições em Alvôco da Serra (Seia)

O PSD venceu as eleições para a Assembleia de Freguesia de Alvôco da Serra obtendo três mandatos (135 votos). O PS obteve 121 votos (2 mandatos), a APU 54 votos (1 mandato) e um grupo de independentes 130 votos (3 mandatos).

Posição da bancada social democrata sobre as taxas moderadoras

(PÁG. 5)

Neste número: nova Secção

Perfis sociais-democratas



Os novos desafios da banca

Jaime Quesado (*)

Os efeitos da Crise Financeira ao nível da Economia Real só agora se começam verdadeiramente a sentir e no meio do aumento das falências e do número de desempregados estão criadas as condições para que se leve a efeito um verdadeiro Programa Estruturado de Reinvenção do Tecido Empresarial no nosso país. No contexto dum Programa de Auxílio assinado com a Troika, as Autoridades Portuguesas têm que ser firmes na definição de uma “Agenda de Mudança” que mobilize os agentes empresariais e outros para as reestruturções que têm que ser levadas a cabo. Ou seja. Os agentes empresariais, para utilizar a feliz expressão de Ram Charan recentemente em Lisboa, “têm que reinventar a sua missão, alterar a estrutura de financiamento e projectar novos produtos e serviços para o futuro”.

Esse “Contrato de Confiança” entre o Sistema Financeiro e o Sistema Empresarial não pode de forma alguma assentar unicamente numa definição formal por decreto avalizada pelas Autoridades Centrais – tem que se materializar na operacionalização efectiva de acções concretas no dia-a-dia da actividade económica, centradas na activação dos circuitos em que assenta a cadeia de valor da criação de riqueza e que envolve todos aqueles que conseguem acrescentar uma componente de diferenciação qualitativa na concepção de novos produtos e serviços. As Empresas têm que dar provas concretas de que estão claramente apostadas num projecto estratégico de modernização qualitativa, mas a Banca tem que saber assumir de forma objectiva o seu papel de Parceiro Operacional activo neste projecto colectivo de reinvenção da Economia Portuguesa e da sua capacidade de afirmação internacional.

Este Novo Contrato de Confiança terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que as Empresas se reinventam como actores centrais numa nova aposta na criação de valor passa em primeiro lugar por um complexo mas necessário processo de reconversão do tecido empresarial nacional. Mas não basta. É de facto fundamental que os outros actores do Sistema, com particular incidência para a Banca, assumam as suas responsabilidades. O que está verdadeiramente em causa é a capacidade de o sistema voltar a ganhar capacidade de autofuncionamento em rede. Isso exige Confiança para o Futuro. Impõe-se por isso um Novo Contrato Estratégico na Economia Portuguesa. Uma Nova Agenda Económica ganha assim sinais de prioridade. Será o passo fundamental para fazer reganhar a confiança para o futuro.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Elite antidemocrática

João César das Neves (*)

Começou há poucos dias o 40.º ano da nossa democracia. O 25 de Abril é um sucesso estrondoso, que devemos celebrar com alegria. Nunca na história de Portugal uma revolução democrática atingiu tal longevidade, caindo sempre rapidamente no caos ou na podridão. Após séculos de lutas, desorientação ou ditadura, Portugal é desde 1974 um país livre, seguro e equilibrado.

Apesar da evidência, muita gente duvida. Esses, segundo parece, só se contentam com o regime perfeito, sem crises ou dificuldades. Quando estas surgem, como em todo o lado, deduzem que o sistema está errado e querem mudar. Esta tolice é aquela que arruinou Portugal durante 150 anos, na busca incessante do sistema ideal, que gerou dor e sofrimento para todos.

É preciso dizer que, apesar dos disparates, o regime está sólido e celebrará ainda muitos anos. O povo português lembra-se dos terríveis erros antigos e está grato por finalmente os termos vencido. A população resmunga, mas ajusta-se e encontra solução. O problema, hoje como sempre, está nas elites e intelectuais, que capitanearam o longo delírio político de 1820 a 1974.

A nossa elite é intimamente avessa aos princípios básicos da democracia. Mesmo se ultimamente adoptou a versão oficial, exteriormente democrática, que por vezes até parecia sincera, a crise actual veio revelar as suas reais tendências. As origens da atitude são velhas, profundas e estruturais, manifestando-se claramente em todas as épocas.

A essência da democracia, na política como na economia, é competição, alternativa, desportivismo. Que todos tenham oportunidade de se apresentarem e ganhe, não o melhor, que ninguém sabe quem é, mas aquele que a sociedade preferir. Ora, os nossos pensadores e dirigentes há séculos que são eminentemente proteccionistas, corporativos, clientelares. A sua visão é aristocrática, egoísta, manipuladora. Consideram-se geniais e desprezam as massas ignaras e o País, que nunca os mereceu. Visceralmente avessos à incerteza das eleições e mercados, preferem arranjinhos de bastidores, batota do árbitro comprado, garantia de programas de apoio.

Esta atitude de fundo sempre se manifestou no campo económico com uma posição abertamente anticapitalista. Do jacobinismo republicano ao corporativismo salazarista e à social-democracia do PS e do PSD, a elite nacional repudia sem reboço a incerta economia de mercado, preferindo a versão dirigista e regulamentar. No campo político, pelo contrário, o discurso tem sido mais diversificado. Aí é preciso ir ajustando as expressões, para não chocar as conveniências de cada época.

É verdade que mesmo após Abril permaneceu viva, sobretudo na extrema-esquerda, uma doutrina claramente antidemocrática. A corrente principal da elite, no entanto, dizia-se nominalmente defensora de um regime aberto e europeu. Isso não impediu, naturalmente, a captura corporativa do sistema que alimentou a dívida galopante. Agora que os resultados da loucura rebentaram, vemos as personalidades mais insuspeitas apregoarem propostas perversas, sem a menor vergonha de negarem aquilo que sempre disseram defender.

As actuais imprecizações antidemocráticas partem sempre do repúdio do Governo, alegadamente povoado de mentecaptos perversos empenhados na demolição nacional. O facto de essas políticas virem não do arbitrio de ministros tolos, mas da orientação de instituições internacionais reputadas, a quem os críticos sempre proclamaram uma adesão incondicional, não parece fazer a menor diferença. A única solução, segundo eles, é subverter as instituições, derrubar a maioria legítima, convocar eleições subversivas. Nem sequer entendem que essa mesma proposta minaria a legitimidade do Governo daí resultante, o qual, aliás, não teria outro remédio senão continuar na mesma linha de austeridade.

As nossas elites são profundamente antidemocráticas. É por isso que durante séculos esse regime nunca vingou por cá. Desta vez talvez haja esperança. O povo, que sempre teve uma saudável desconfiança das elites, já vive o 40.º ano depois de Abril

(*) Professor universitário, naohaalmocosgratis@ucp.pt ©DN

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante, para reunir no próximo dia 26 de Maio de 2013 (domingo), pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Outros assuntos.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cascais, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Baía, sito na Av. Marginal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Autárquicas 2013: nos termos dos Estatutos Nacionais divisão I - Assembleia de Secção, artº 53, (composição e competência), alínea f "Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais"
- 3 - Análise da situação política

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir no próximo dia 22 de Maio de 2013 (quarta-feira), pelas 21h30, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, 48 com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2013

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 18 de Maio de 2013 (sábado), pelas 17h00, na sede, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Concelhia de Lisboa, para reunir no próximo dia 22 de Maio de 2013 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede Distrital de Lisboa, sita na Praça D. João Bosco nº 3B, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Eleições autárquicas

LISBOA / NÚCLEO CENTRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Central de Lisboa, para reunir no próximo dia 29 de Maio de 2013 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede Distrital de Lisboa, sita na Praça D. João Bosco nº 3B, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- Ponto único - Análise da situação política

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Maio de 2013 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro nº 11, c/v dtª em Odivelas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Eleições Autárquicas

SALVATERRA DE MAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Salvaterra de Magos para reunir, no próximo dia 30 de Maio de 2013 (quinta-feira) pelas 20h30, na Rua Dr. Miguel Bombarda, nº 8 - 1º Esq., com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Eleições Autárquicas 2013
- 2 - Análise da situação política

SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sines para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 24 de Maio de 2013 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua de Ferreira, nº 10, em Sines, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único- Autárquicas

VALONGO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Valongo para reunir no próximo dia 31 de Maio de 2013, (sexta-feira), pelas 21h00, no Arquivo Municipal de Valongo, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações sobre a acção da Comissão Política de Núcleo desde a sua eleição, em Dezembro passado;
- 2 - Parecer sobre o perfil do cabeça de lista à Assembleia de Freguesia de Valongo



ERRATA MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Murtosa, para reunir no próximo dia 8 de Junho de 2012, pelas 20h30, na sede concelhia do PSD Murtosa, sita na Avenida 29 de Outubro, 12 A Pardelhas 3870-206 Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Murtosa da JSD.

Notas:

- a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD Aveiro ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede Concelhia PSD Murtosa, na morada supra citada até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.
- b) As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/Barreiro, para reunir no próximo dia 15 de Junho de 2013, pelas 18 horas, na Sede da JSD/Barreiro, sita na Rua Trás os Montes, n.º 4, Bairro Santo António da Charneca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário

da Concelhia;
2 - Outros assuntos.

Notas:

As listas devem ser entregues, no mesmo local, ao Presidente da Mesa Concelhia ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 15h00m às 17 horas.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Convoca-se o Plenário da Secção de Cabeceiras de Basto a reunir no dia 28 de Junho de 2013, pelas 21h00 na Sede do PSD Cabeceiras de Basto, sito na Rua das Pondres, 4860-366, Concelho de Cabeceiras de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleições dos órgãos de secção: Mesa do plenário e Comissão política.

Notas:

.As urnas estão abertas das 21h0m até às 23h00m horas.

.As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem o possa substituir, na sede do órgão respectivo, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CELORICO DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Convoca-se o Plenário da Secção de Celorico de Basto a reunir no dia 21 de Junho de 2013, pelas 19h30 na Sede do PSD Celorico de Basto, sito na Rua Rodrigo Sousa e Castro, Concelho de Celorico de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições dos órgãos de secção: Mesa do plenário e Comissão política.

Notas:

.As urnas estão abertas das 19h30m até às 21h30m horas.

.As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem o possa substituir, na sede do órgão respectivo, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

SEIXAL

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Concelhia do Seixal para reunir no dia 26 de Maio 2013 na sede do PSD Seixal, sita na Rua Movimento das Forças Armadas, 11. 2845-307 Amora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política local e nacional;
- 3 - Autárquicas;
- 4 - Outros assuntos.

NÚCLEO DO CASTÊLO (MAIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes do Núcleo Residencial do Castelo da Maia, para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 21 de Junho de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede do PSD Maia, sita na Rua Engº Duarte Pacheco, 987, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da Situação Política;
- 2 - Outros Assuntos.

SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia de Sernancelhe para um Plenário Eleitoral

a realizar no próximo dia 15 de Junho de 2013, na sede do PSD de Sernancelhe, pelas 17 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da comissão Política Concelhia de Sernancelhe;
2. Eleição da Mesa de Plenário Concelhia de Sernancelhe;

NOTA:

As Listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD de Viseu ou a quem o estatutariamente substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD em Viseu.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores

As urnas estarão abertas das 17h00m às 19 horas.

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia de Castro Daire para um Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 15 de Junho de 2013, na sede do PSD de Castro Daire, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da comissão Política Concelhia de Castro Daire;
2. Eleição da Mesa de Plenário Concelhia de Castro Daire;

NOTA:

As Listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD de Viseu ou a quem o estatutariamente substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD em Viseu.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores

As urnas estarão abertas das 15h00m às 17 horas.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da JSD Portimão para reunir em Plenário Concelhio no próximo dia 1 de Junho de 2013, pelas 18 horas, na Sede do PSD/Portimão, sita na Rua Machado Santos, n.º 17 – R/c com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Deliberação e parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autárquicas locais do Município de Portimão, em 2013, relativamente aos elementos da JSD/Portimão.
- 3 – Outros assuntos;

NESD DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA (ISCTE)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e locais da JSD, convoco o Plenário do NESD do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), para reunir no próximo dia 21 de Junho, Edifício 2, nas instalações da Faculdade sita no Campus da Cidade Universitária de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário do NESD e da Direção do NESD.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 10 horas às 12 horas.

NESD DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (IST)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se o Plenário dos Estudantes Sociais-Democratas do Instituto Superior Técnico (NESD-IST), para reunir no dia 22 de Maio de 2013 (Quinta-feira), pelas 17h, no Instituto Superior Técnico, sita Avenida Rovisco Pais, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: Definição do Calendário Eleitoral.